



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - BNDES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2583/15	DATA: 01/12/2015	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 14h48min	TÉRMINO: 17h43min	PÁGINAS: 70
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Empresário e pecuarista.			
SUMÁRIO			
Tomada de depoimento.			
OBSERVAÇÕES			
Há palavras ou expressões ininteligíveis. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Invocando a proteção divina e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o BNDES.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da Ata da 27ª Reunião Ordinária da Comissão...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - ... realizada no dia 26 de novembro.

Indago ao Plenário se há necessidade da leitura da Ata. (*Pausa.*)

Dispensada a leitura da Ata, por sugestão do Deputado Delegado Edson Moreira.

Em discussão a Ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Dou como lido o expediente, tendo em vista a distribuição do resumo das correspondências recebidas na última semana e a publicação desse extrato na página da Comissão. Cópias dessas matérias poderão ser solicitadas à Secretaria da Comissão.

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Questão de ordem do Deputado Jorge Tadeu Mudalen.

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - Na audiência realizada no dia 17 de novembro — estamos em dezembro —, na oitiva do Sr. Eike Batista, fundador do grupo EBX, nas páginas 69 e 70 das notas taquigráficas, eu formulei uma pergunta: se o Presidente Lula havia viajado no avião do Sr. Eike Batista. A resposta do Sr. Eike Batista foi: "*Nunca viajou*".

Eu queria juntar esse material e encaminhá-lo à Presidência, de acordo com esta matéria: "*Ex-Presidente Lula visita obras*". Ele está entrando, inclusive, no avião do Sr. Eike Batista. E quero saber que providências a Mesa vai tomar.

Então, eu queria encaminhar isso, porque ele mentiu aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Bom, V.Exa. faz uma denúncia muito séria, muito grave e, obviamente, irá merecer da Mesa e desta Presidência o máximo grau de responsabilidade com relação à condução da sua questão de ordem.

Então, eu acolho a questão de ordem de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - Estão até aqui as fotos, inclusive, está certo? Ele entrando no avião, e há a resposta dele, inclusive, nas notas taquigráficas, que eu acabei de mencionar, dizendo que nunca viajou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço V.Exa. e peço que, oficialmente, entregue ao Secretário Robson, por gentileza.

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - Encaminho ao Secretário, aguardando providência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Para que nós possamos tomar as providências cabíveis e necessárias.

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Iniciaremos agora audiência pública para oitiva do Sr. José Carlos Costa Marques Bumlai, em atendimento aos Requerimentos nºs 354, do Deputado Arnaldo Jordy, 355, do Deputado Miguel Haddad, 377, do Deputado Sérgio Vidigal, e 394, do Deputado Augusto Coutinho.

Por dever de ofício, informo que o depoente comparece a esta Comissão Parlamentar de Inquérito na qualidade de investigado, e não de testemunha.

Convido para sentar-se à mesa o Sr. José Carlos Costa Marques Bumlai.

Informo ainda que, por força de liminar concedida em *Habeas Corpus* de nº 131.700, pelo Ministro Marco Aurélio, V.Sa. terá o direito de manter-se em silêncio perante esta CPI, bem como o direito de não assinar termo de compromisso legal, além de ser assistido por advogado durante a audiência pública.

Eu indago a V.Sa., Sr. José Carlos Bumlai, se V.Sa. gostará de utilizar os seus 5 minutos iniciais para que possa se apresentar perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito. *(Pausa.)*

V.Sa. tem a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Boa tarde a todos. Eu gostaria de dizer que, em respeito a esta Casa, eu me desloquei para Brasília, na



semana passada, para aqui estar, para responder àquilo que me fosse perguntado, na condição de testemunha. Porém, eu tive o incidente de ter a prisão decretada na terça-feira, pela manhã, quando eu já estava em Brasília, já estava no hotel, pronto para vir para cá, o que mudou a minha condição de testemunha para investigado. Então, a minha condição hoje é totalmente diferente da de semana passada. Eu gostaria muito que os senhores entendessem isso, e hoje o fato está sendo investigado em Curitiba e isso faz com que eu tenha que resguardar uma série de respostas que eu poderia ter dado para a minha defesa, lá em Curitiba. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu agradeço a V.Sa. e agradeço, inclusive, ao Sr. Malheiros, que aqui está. Eu e o Deputado Miguel Haddad estivemos, ainda há pouco, conversando com ambos e garantimos não apenas ao convocado, mas também aos advogados que o acompanham, ao fazer um breve relato do histórico desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que nós haveríamos de resguardar aqui todos os direitos assegurados pelas legislações brasileiras ao Sr. Bumlai.

E dissemos mais. Eu e o Deputado Miguel Haddad fizemos questão de dizer que o alto nível sempre prevaleceu nas discussões envolvendo os convidados e também os convocados que participaram das oitivas da Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu não tenho dúvida alguma de que hoje nós, mesmo diante dos fatos já relatados, haveremos de manter a mesma serenidade, a mesma responsabilidade, o mesmo alto nível que todos nós mantivemos em sessões anteriores.

Neste momento, concedo a palavra a S.Exa., o Relator, Deputado José Rocha, para que possa fazer os seus questionamentos. V.Exa. tem a palavra.
(Pausa.)

Mas V.Exa. vai fazer as perguntas. Não se preocupe.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - *(Ininteligível)*
responder, não é? Então, já não há aquele “tchan”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. terá a palavra garantida, como sempre. O “tchan” vai depender de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Marcos Rotta, Sr. Vice-Presidente, Miguel Haddad, Sras. e Srs. Deputados. Sr. José Carlos Bumlai, diante das circunstâncias em que V.Sa. vem a esta Comissão, V.Sa. tem total liberdade de



responder os questionamentos ou não, na medida em que V.Sa. achar do seu interesse e da sua conveniência.

Vou cumprir com a minha obrigação, como Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Vou fazer as perguntas, e V.Sa. ficará à vontade para decidir quanto às respostas ou não, com a participação da assessoria não só dos seus advogados como também da sua assessoria pessoal, para orientá-lo nessas respostas.

Eu, inicialmente, perguntaria: de quantas empresas V.Sa. é proprietário?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Sr. Relator, o senhor me desculpe, mas, atendendo à orientação do meu advogado, eu devo me calar. Peço perdão, mas...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - V.Sa. poderia descrever, brevemente, o desempenho do Grupo São Marcos até 2007? Qual era a sua receita anual? Em que projetos esteve envolvido? O grupo já havia obtido crédito junto ao BNDES?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Atendendo à recomendação do meu advogado, eu vou me calar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - A que empresa o escritório redigiu as cartas-consulta apresentadas pelo grupo São Fernando ao BNDES?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Atendendo à recomendação do meu advogado, vou me calar, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Em 2011, a Usina São Fernando não moeu o esperado e passou a enfrentar problemas financeiros. O que motivou a elaboração pelo grupo São Marcos de plano de reestruturação, capitaneado pelo BTG Pactual? Em que termos a dívida com o BNDES foi reescalada?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Deputado, atendendo à recomendação do meu advogado, eu vou exercer o direito de silêncio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Eu vou seguir. Talvez, V.Sa. resolva responder alguma delas. Não vou me dar por vencido, não.

O Grupo São Marcos enfrentou dificuldades financeiras a partir de 2011. Confirma?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Atendendo à recomendação do meu advogado, eu vou permanecer em silêncio. *(Risos.)*



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Alegadamente, essas turbulências deveram-se à variação do preço do açúcar e a crise hídrica. Essas circunstâncias não seriam esperadas?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Atendendo à recomendação do meu advogado, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Não há instrumentos disponíveis para que empreendedores do setor se previnam contra a variação do preço de *commodities*? A Usina São Fernando não estava protegida?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Atendendo à recomendação do meu advogado, eu vou permanecer em silêncio.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Sr. Bumlai, o senhor não precisa ficar falando isso toda hora. É só se manter em silêncio.

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Está bom. Obrigado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - O BNDES exigiu litigiosamente seus créditos apenas em março de 2015. Por que o banco estatal esperou tanto tempo para adotar medidas contundentes para recuperar os valores investidos na Usina São Fernando?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - V.Sa. ou alguma das sociedades em que detém participação doaram recurso para campanhas eleitorais?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou me manter em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - V.Sa. conhece o Sr. Fernando Soares, apelidado Fernando Baiano?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou me manter em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Em 2015, o BNDES pediu a falência do Grupo São Marcos por descumprimento do plano de recuperação judicial firmado em abril de 2013. O Grupo São Marcos descumpriu obrigações previstas nos contratos de reestruturação financeira firmados com o BNDES e também com os seus agentes, BTG Pactual e Banco do Brasil, em julho de 2012. Tais contratos previram



inclusive a abertura de linha de crédito adicional de 101,5 milhões sobre os créditos originais e de 395,15 milhões obtidos ao final de 2008, início de 2009. Nessa época estava-se em plena crise econômica mundial. Considerando essas circunstâncias, eu pergunto: os riscos de insucesso das soluções equacionadas em cada um desses momentos — 2009, 2012, 2013 — foram avaliados pelos agentes financeiros, principalmente o BNDES, ou pela empresa beneficiária?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou me manter calado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - No momento do enquadramento do empreendimento nas linhas de financiamento do BNDES foram avaliados os efeitos da crise mundial sobre as exportações de açúcar e etanol?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Os efeitos da crise de 2008 e de 2009 foram considerados na decisão da expansão da usina em 2010, financiada com empréstimos de curto prazo a juros de mercado?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - O apetite do risco dos investidores e financiadores se deu em razão do baixo custo do dinheiro e do baixo risco das consequências da inadimplência financeira?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essas foram as perguntas que reservei para fazer ao Sr. José Carlos Bumlai. Obviamente, ele já veio orientado e determinado a não respondê-las. Eu devolvo a palavra a V.Exa., para que possa continuar.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Hoje, V.Exa. fez poucas perguntas, Relator. Poderia fazer mais perguntas. Hoje fez poucas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Tem mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Relator, Deputado José Rocha. Neste momento, nós vamos passar a palavra aos autores dos requerimentos.



Inicialmente, pela ordem de apresentação dos requerimentos, concedo a palavra a S.Exa., Deputado Arnaldo Jordy, pelo tempo de 10 minutos, e que sejam acrescidos aos 10 minutos mais 3 minutos, pela Liderança do PPS. Há requerimento sobre a mesa, assinado pelo líder Rubens Bueno, designando o Deputado Jordy para que utilize o tempo do PPS.

V.Exa. tem a palavra por 13 minutos, Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, Deputado José Rocha, cumprimento o nosso depoente, Sr. Bumlai, que esperávamos tê-lo aqui da mesma forma, semana passada, mas fomos surpreendidos com a sua prisão. O senhor veio de Curitiba, onde está preso. é isso? (*Pausa.*) Está preso em Curitiba.

A investigação que pesa sobre V.Sa. é uma investigação gravíssima. São inúmeras denúncias, algumas inclusive pautadas em próprios depoimentos seus na imprensa e em outros lugares. Acho que é lamentável que o senhor venha de Curitiba para cá, dispensando inclusive guarda oficial, agente da Polícia Federal, despesas para o Erário, para o cofre público. A Nação inteira está em uma expectativa de saber como que o senhor pode, como brasileiro, contribuir para passar este País a limpo diante desse lamaçal que constrange as pessoas de bem, e o senhor vem aqui silenciar.

É um direito seu. Eu não estou questionando isso. É um direito seu, garantido pela Constituição brasileira, e o senhor tem aqui um *habeas corpus* exarado pela Suprema Corte, mas o senhor não deve produzir provas contra si. O senhor está se recusando aqui a responder quantas empresas o senhor tem. Até nisso o senhor tem dúvidas para responder? Está produzindo provas contra si para responder quantas empresas tem? Será que isso pode levar a um agravamento da sua situação na investigação feita pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, pelo Poder Judiciário? É lamentável. O senhor não está obrigado a não responder nada. O senhor pode responder àquilo que o senhor achar o óbvio, mas é um direito seu. Eu vou fazer aqui o meu papel.

Na semana retrasada, o Sr. Eike Batista esteve aqui, nesta CPI, em audiência pública e afirmou que o conhecia. Eu pergunto: o senhor conhece o Eike Batista? O senhor confirma isso?



O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Eu vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Mas, Sr. Bumlai, o senhor não pode confirmar sim ou não, se conhece ou não? Em que isso vai agravar o seu problema? Eu admito que o senhor não responda àquilo que possa ensejar prova contra o senhor. Agora, o senhor não pode vir aqui e fazer todo mundo de palhaço, com todo o respeito aos artistas circenses. São coisas absolutamente óbvias. O senhor conhece ou não conhece? Sim ou não?

O senhor conhece o Sr. Fernando Baiano?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Seguindo orientação do meu advogado, eu vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O senhor fez negócios com o Sr. Fernando Baiano?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Seguindo orientação do meu advogado, eu vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O Sr. Fernando Baiano afirmou ter pago 2 milhões de reais ao senhor, ou seria 1,5 milhão, como o senhor mesmo corrigiu em uma matéria divulgada pela imprensa em razão dessa negociação, sob o pretexto de pagar despesas da nora do ex-Presidente Lula? O ex-Presidente Lula foi quem lhe pediu esse favor? Como foi tratada essa negociação com o Sr. Fernando Baiano, para pagar 2 milhões, ou 1,5 milhão, como o senhor disse? Foi para pagar despesas da nora do ex-Presidente?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Com todo o respeito, Deputado, vou me manter calado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Qual seria a nora do ex-Presidente que o senhor teria ajudado, dado essa colaboração do ex-Presidente Lula, com esse dinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Eu vou me manter calado, com todo o respeito, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O senhor afirmou em entrevista ao Jornal *O Estado de S.Paulo* que intermediou um encontro entre o ex-Presidente Lula



e o então Presidente da Sete Brasil no Instituto Lula. Em que dia ocorreu esse encontro? O senhor já disse isso no *Estadão*.

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Deputado, seguindo orientação do meu advogado, eu vou me manter calado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O senhor poderia nos informar pelo menos que pessoas, ou quantas pessoas, testemunharam esse encontro no Instituto Lula?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Eu vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Quais foram os assuntos tratados nesse encontro?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Eu vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O senhor, através das suas empresas, ou de forma pessoal, já fez alguma contribuição eleitoral em campanhas de qualquer natureza?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Eu vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Como é que o senhor justifica ou explica as acusações do Ministério Público de que o senhor operou em nome da empreiteira CONSTAN, hoje pertencente à UTC, também envolvida na Operação Lava-Jato, no pagamento de propina na Câmara Municipal de Campinas, a fim de facilitar a celebração de contrato milionário entre a empreiteira e a SANASA, cujo objeto era a construção da Estação de Tratamento de Esgoto Anhumas?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O senhor já fez algum negócio, de qualquer espécie, de alguma natureza, com a OSX, do Sr. Eike Batista?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Já recebeu dinheiro dessa empresa?



O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O senhor pode pelo menos se comprometer a mandar os documentos que comprovam essas transações com a OSX, o que o senhor já teria admitido outrora?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Bumlai, os normativos do BNDES que tratam de critérios de financiamento do banco não admitem concessão de financiamento a empresas contra a qual há pedido de falência requerido por credor. Isso foi aqui fartamente exposto pelo Presidente do BNDES, o Sr. Luciano Coutinho, e por vários ex-diretores. Nós aqui já sabemos de cor todo o fluxograma, o organograma, as competências das diretorias. Nós ouvimos isso aqui, quase 1 mês e meio, de todos os diretores. Temos aqui as mostras, os eslaides todos. Isso está absolutamente claro para nós.

Segundo reportagem da *Folha de S.Paulo*, vinculada no dia 1º de novembro de 2015, portanto agora, recente, o senhor obteve financiamento para a São Fernando Energia 1 junto ao BNDES, ainda que tivesse pedido de falência para aquele empreendimento requerido por credor, com quem tinha dívida de 523,2 mil reais, o que fere de morte as regras aqui bradadas pelos diretores do BNDES.

Eu pergunto a V.Sa: com quem do BNDES, do Banco do Brasil e também do BTG foram feitas as tratativas para esse financiamento de 101,5 milhões de reais?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Por orientação dos meus advogados, vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Qual era a finalidade desse empréstimo obtido junto ao BNDES, nessas condições absolutamente agressivas ao ordenamento administrativo do banco?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Eu vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O senhor informou ao banco que se encontrava em estado pré-falimentar, ou seja, com pedido de falência já requerido



na Justiça por um dos seus credores, quando obteve esse empréstimo junto ao BNDES?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou me manter calado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Quando requereu esse empréstimo?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O senhor poderia nos informar se houve alguma tratativa, algum expediente, algum tráfico de influência do ex-Presidente Lula ou de algum preposto, como o Sr. Palocci, que dava muito essas informações, ou de alguém ligado à área política do Governo, nas tratativas, para facilitar a liberação desses empréstimos, repito, nessas condições atípicas e absolutamente agressivas às normativas do BNDES?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Eu vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O senhor poderia pelo menos, Sr. Bumlai, nos informar que taxas de juros foram aplicadas nesse financiamento bondoso, generoso, que V.Sa. obteve?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O senhor vai se manter calado, não é?

O BNDES alega que a regra que veta empréstimos a quem tem pedido de falência é flexível, pois depende da situação financeira da empresa. O senhor confirma que a sua empresa já se encontrava em situação financeira absolutamente desequilibrada?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O senhor vai se manter calado.

O senhor confirma que o balanço do ano anterior ao financiamento, que foi em 2011, foi auditado por auditoria independente, que concluiu que a empresa possuía “alto grau de endividamento” — este “alto grau de endividamento” é aspeado porque é o termo que está no relatório da auditoria que foi feita na sua



empresa —, com dúvidas quanto à capacidade de continuidade da empresa? Também este termo está lá no contrato e mesmo assim o BNDES lhe financiou. O senhor confirma esses dados do relatório dessa auditoria?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Eu vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O senhor confirma que a dívida da empresa era quase dez vezes maior do que o patrimônio líquido da empresa?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Eu vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Bumlai, eu tinha ainda algumas outras perguntas, mas essa sua postura hoje aqui é covarde. (*Palmas.*) Repito, não é obrigatório respondê-las, mas há perguntas aqui que o senhor poderia responder sim ou não, e está inseguro em relação a isso. A sua posição aqui é de covardia diante dos interesses do País, diante desta Casa, diante da opinião pública. É uma atitude covarde e antipatriótica. Eu espero que o senhor tenha noção disso, porque, lamentavelmente, pessoas como o senhor apostaram, a vida inteira, na impunidade, porque eram amiguinhas de autoridades. O seu silêncio, do ponto de vista moral, é ensurdecador, assim como o desrespeito de V.Sa. por esta Casa, por este Poder Legislativo e por esta Comissão.

Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Arnaldo Jordy.

Passo a palavra ao próximo autor, Deputado Sérgio Vidigal, pelo tempo de 10 minutos. Incluo na lista de autores o Deputado João Gualberto.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, quero aqui cumprimentar também o Sr. Bumlai.

Lamentamos muito, Sr. Bumlai, o senhor vir aqui e não poder falar, até porque nós temos convicção de que o senhor também não é somente réu; o senhor também é vítima de todo esse processo.

Quero iniciar as minhas perguntas, Sr. Presidente, e gostaria muito que o Relator as utilizasse na hora de analisar e fazer o cruzamento do seu relatório.



A primeira pergunta, Sr. Bumlai: no primeiro contrato do senhor firmado com o BNDES, na data de 12 de dezembro de 2008, sob o nº 08.2.1030.1, o valor do financiamento é de 330 milhões e 509 mil reais. Em qualquer financiamento, o BNDES exige, pede uma garantia de 100% a quem pega dinheiro emprestado, se for empresa S/A, ou de 130%, se não for e se não estiver na Bolsa. A garantia dessa operação foi um terreno em torno de 85 hectares. Em 2007, ele foi avaliado em 2 milhões de reais, ou seja, menos de 1% do valor contraído por V.Sa. Foram fiadores a Heber Participações S/A e a São Marcos Energia Ltda. O segundo contrato, em 3 de fevereiro de 2009, sob o nº 08.2.1032.1, foi de 64 milhões e 664 mil reais, também com a garantia do mesmo terreno. O BNDES esclareceu que a modalidade de financiamento previa uma garantia evolutiva, ou seja, a empresa beneficiada pelo financiamento ia elevando a garantia inicialmente oferecida. No caso, a usina em construção e maquinários foram sendo dados como garantia à medida que os desembolsos eram feitos. Em 16 de julho de 2010, foi feito o aditivo sobre o primeiro contrato, e o terreno de 85 hectares passa a ter uma reavaliação de mais de 200 milhões de reais — isso no dia 6 de julho de 2010.

Eu queria perguntar a V.Sa. as seguintes perguntas e gostaria que o nosso Relator pudesse, depois, analisá-las: primeiro, eu queria perguntar ao senhor o que aconteceu de tão espetacular com esse terreno para ele ter um valor tão alto como esse?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Com todo respeito, Deputado, eu vou me manter calado, por orientação dos meus advogados.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - A segunda pergunta: o patrimônio da Heber Participações S/A e da São Marcos Energia Ltda. eram suficientes para garantir esses contratos de financiamento?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Com todo respeito, Deputado, eu vou me manter calado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Quem é que fez a reavaliação do terreno de V.Sa.? O BNDES, ele definiu um perito ou a reavaliação foi feita por um perito destinado pela própria empresa?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Pois não, Deputado. Eu vou me manter calado.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Para garantir esses empréstimos, como falei anteriormente, o senhor deu um terreno de 2 milhões de reais — isso a valores de 2007 —, só que a informação que nós temos é que, no dia 16 de março de 2012, esse terreno passa a valer 435 milhões de reais.

Eu queria perguntar ao senhor como foi possível um imóvel de 2 milhões, em 2007, ganhar um valor tão grande como esse em apenas 5 anos?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Peço desculpas, Deputado, mas vou me manter calado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - A São Fernando Energia é uma das empresas do senhor e foi criada para gerar energia a partir do bagaço de cana.

Em 2011, antes de receber o dinheiro do BNDES, ela já acumulava uma dívida 9,5 vezes maior do que o patrimônio líquido dela. Em julho de 2012, a São Fernando Energia recebeu 101,5 milhões, por meio do BTG Pactual e do Banco do Brasil. O banco teria driblado as normas internas que o impedem de emprestar a empresas com pedido de falência na Justiça. Na época, a informação que nós temos é que o senhor contava com sete funcionários. Em agosto do próprio ano, o BNDES ingressou na Justiça com pedido de falência da empresa.

Eu queria saber do senhor, que o senhor nos explicasse: como o senhor conseguiu um empréstimo estando a sua empresa nessas condições?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Perdoe-me, Deputado. Eu vou me manter calado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Bumlai, em entrevista a um meio de comunicação, o senhor informou que não tinha intimidade com o ex-Presidente Lula e a sua família. O senhor confirma isso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - No entanto, Sr. Bumlai, eu queria aqui citar alguns fatos que nos chamaram a atenção.

Primeiro: o senhor dividia em São Paulo, até o início da Operação Lava-Jato, o mesmo escritório usado por Fábio Luís Lula da Silva e Luís Cláudio Lula da Silva, que são, evidentemente, filhos do ex-Presidente Lula?



Segundo: o cartaz que foi afixado na portaria do Palácio do Planalto dizia — abre aspas: “O Sr. José Carlos Bumlai deverá ter prioridade de atendimento na portaria principal do Palácio do Planalto, devendo ser encaminhado ao local de destino, após prévio contato telefônico, em qualquer tempo, em qualquer circunstância”.

Quarta pergunta: o senhor viajava na mesma cabine que o ex-Presidente Lula, em avião presidencial, e participava de churrasco no Palácio da Alvorada e de pescarias em Mato Grosso do Sul?

Tendo em vista esses fatos que foram anunciados e de que o senhor tem conhecimento deles — tenho convicção disso —, a participação do senhor na Operação Lava-Jato, como era a sua relação com o poder e quais foram as vantagens que o senhor auferiu devido a essa relação de proximidade com o ex-Presidente Lula e a sua família?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Seguindo orientação do meu advogado, eu vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - O site www.oantagonista.com publicou, em sua página, o seguinte:

“Em abril de 2013, a São Francisco de Bumlai devia 1,2 bilhão de reais na praça, metade dessa quantia ao Banco do Brasil e ao BNDES. Em maio do mesmo ano, o Sr. Bumlai vendeu a Fazenda Cristo Rei, de 116 mil hectares, igualmente no Mato Grosso do Sul, ao BTG Pactual, do Sr. André Esteves, num pacote de renegociação de sua dívida com o banco.”

A fazenda mudou de dono, mas temos informações de que o ex-Presidente continua a pescar na Fazenda Cristo Rei, que, evidentemente, abrange até uma parte do Pantanal. Temos até informação de que ele sempre ia, com o maior produtor/criador de gado nelore do Brasil, no avião do Sr. Jonas Barcellos.

Eu queria saber do senhor... que o senhor explicasse a esta CPI qual é a sua relação com o Sr. André Esteves, que foi preso, pela Polícia Federal, na Operação Lava-Jato?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Por orientação dos meus advogados, vou-me manter calado, Deputado.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Bumlai, certa feita, o ex-Presidente Lula disse que o filho dele era o “Ronaldinho dos negócios”. Parece que o senhor se tornou o “Pelé dos Negócios”, com participação e influência em vários setores.

A revista *Veja*, de 18 de agosto de 2012, informa — abre aspas:

“O que era para ser uma missão de interesse exclusivamente público começou a derivar para o lado oposto. O Governo descobriu que o pecuarista estava usando a influência e o acesso consentido ao palácio para fazer negócios privados. O Planalto foi informado de que Bumlai, por conta própria, estaria intermediando a compra de turbinas para a Usina de Belo Monte com um grupo de chineses. A orientação do governo era exatamente contrária: em vez de importar peças, elas deveriam ser produzidas no Brasil, para criar mais empregos aqui” — já que o recurso era do BNDES.

Mais à frente, a reportagem cita que:

“...o Grupo Bertin caiu fora de Belo Monte. O BNDES não aceitou as garantias oferecidas para conceder o empréstimo.”

Mas o Sr. Bumlai, conhecido como um amigo do ex-Presidente Lula, “*sempre contou com a generosidade do banco oficial.*”

A pergunta, Sr. Bumlai: o senhor poderia nos explicar como um empresário do ramo da pecuária estaria envolvido na construção de uma das maiores usinas do Brasil? Como foi a participação do senhor nesse empreendimento?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Por orientação dos meus advogados, eu vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Presidente, vou fazer a última pergunta: no *blog* de Reinaldo Azevedo, na revista *Veja*, do dia 16 de outubro de 2015, ele fala sobre o senhor — abre aspas:

“Em 2010, o INCRA comprou terras suas para a reforma agrária. Uma perícia revelou um



superfaturamento, em uma única operação, de R\$7,5 milhões. O homem...”

É o senhor.

“...um pecuarista, participou da formação do consórcio para a construção da Usina de Belo Monte. Bumlai aparece também fazendo pressão para o Banco do Brasil patrocinar a empresa de games do Lulinha. Mais: segundo Marcos Valério...”

Aquele que também foi réu, mas também uma vítima, como o senhor.

“...aquele do mensalão, foi o pecuarista que arrumou dinheiro para pagar um chantagista que ameaçava envolver Lula na morte do prefeito Celso Daniel. Mais um pouco? Em 2013, mais da metade da dívida bilionária da Usina de Açúcar Álcool do amigão de Lula estava com o BNDES e o Banco do Brasil, dois entes públicos.

Intimidade, pois, não falta entre Lula e aquele que, segundo Fernando Baiano, intermediou uma propina de R\$2 milhões para uma nora do petista, em razão do lobby que este fez em favor de uma empresa privada” — fecha aspas.

Eu queria perguntar ao Sr. Bumlai: Sr. Bumlai, qualquer pessoa, ela é inocente até que provem o contrário. Apesar dessa quantidade de indícios contra V.Exa., queremos que o senhor nos convença, que nos explique que não houve tráfico de influência nessas várias situações. O senhor concorda que não houve influência política?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Eu vou me manter calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Presidente, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu é que agradeço, Deputado Sérgio Vidigal.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, como autor, Deputado Miguel Haddad, pelo tempo de 10 minutos.



O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - Sr. Presidente, pela ordem. Eu não vou gastar mais do que 1 minuto. Eu estou inscrito, sou o quinto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O sexto.

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - Eu vou abrir mão e vou me manter calado também, até em respeito aos Deputados, porque isso é uma vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

O Deputado Miguel Haddad está com a palavra.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Bumlai, na verdade, é até uma prerrogativa do senhor, naturalmente, manter-se calado. Eu estive, junto ao Presidente Marcos Rotta, fazendo um apelo no sentido de que o senhor pudesse fazer uma apresentação e até pudesse responder às indagações. Compreendo: o senhor tem essa prerrogativa. Naturalmente, fez uma breve apresentação.

A dificuldade para convocá-lo foi imensa. Nós tivemos uma grande dificuldade para convocá-lo. E isso se deve às dificuldades que tivemos na aprovação do requerimento aqui na Casa. Havia uma resistência imensa por parte da bancada situacionista à aprovação da sua oitiva. Só foi possível, inclusive, até por um vacilo da bancada situacionista. Foi só por essa razão que nós conseguimos a sua presença na tarde de hoje aqui. E não foi por acaso que nós pedimos essa oitiva.

Lamento muito o fato de, na terça-feira passada, o senhor não poder estar aqui presente. Eu gostaria de indagá-lo. O senhor acha que foi uma coincidência? E o juiz Sérgio Moro, naturalmente, justificou que o pedido de prisão já havia sido decretado há alguns dias, que caberia à Polícia Federal definir a data, o horário e o local. O senhor acha que foi uma coincidência? O senhor ia depor na terça-feira aqui, e a sua prisão aconteceu na terça-feira de manhã. O senhor acha que isso foi uma coincidência?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Deputado, permita-me manter-me calado.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - As razões, Sr. Bumlai, para a sua convocação, elas, eu volto a dizer, não foram por acaso. Nós queríamos muito poder



ouvi-lo, porque cabe a nós, membros da CPI, fazer as investigações, através das oitivas e através dos requerimentos de informações e documentação.

O senhor foi inúmeras vezes citado, e essa é a razão, a motivação pela qual nós o convocamos. Fernando Baiano cita o senhor e afirma que tem uma relação de amizade; que o senhor tinha também uma relação de amizade com o Senador Delcídio do Amaral, que, no dia subsequente à sua prisão, também recebeu voz de prisão. Eike Batista, que passou aqui por essa bancada, também disse que tinha uma relação com o senhor. Eu não estou fazendo aqui um prejulgamento, mas eu estou fazendo uma narrativa das razões pelas quais nós o convocamos.

A imprensa divulgou amplamente a sua relação com o ex-Presidente Lula, inclusive afirmando que o senhor tinha passe livre, que era uma situação única; o senhor tinha uma relação pessoal com o ex-Presidente Lula. O senhor foi mencionado de forma recorrente nas delações premiadas do Sr. Eduardo Musa, da PETROBRAS, do Fernando Baiano, do Salim Schahin, do Banco Schahin, bem como nas delações de Marcos Valério. O senhor é citado como operador, parceiro muito próximo do ex-Presidente Lula, com participação ativa. E, novamente, eu volto a dizer que eu não estou fazendo um prejulgamento, mas é o que a imprensa veio afirmando o tempo todo: com participação ativa em operações fraudulentas envolvendo desvios na PETROBRAS, que eram direcionadas para proteger e beneficiar o ex-presidente e outros dirigentes do PT — e isso agrava, potencializa, todas essas denúncias —, inclusive para evitar que fossem revelados os verdadeiros culpados pela morte do então Prefeito Celso Daniel. Os filhos do ex-presidente Lula têm escritórios no mesmo prédio onde funcionam os escritórios do senhor. E há uma série de informações de indícios de envolvimento.

Por isso, essa oitiva seria extremamente saudável e poderia elucidar, e muito, uma série de dúvidas que pairam em relação à atuação do senhor, em relação à sua relação com o ex-Presidente Lula, por tráfico de influência. O ex-Presidente Lula insinuou, de certa forma, através da imprensa, que o senhor teria usado o nome dele de forma não autorizada. Isso, num raciocínio muito simples, significa — é quase que uma afirmação do ex-Presidente Lula — que o senhor teria feito tráfico de influência através da relação que o senhor tinha com ele, utilizando o nome dele.

Eu queria indagar do senhor: o senhor concorda com essa leitura?



O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Deputado, me perdoe, mas eu vou me manter calado, por recomendação dos meus advogados.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Eu agradeço, Sr. Presidente. Eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Primeiro Vice-Presidente, Deputado Miguel Haddad.

Concedo a palavra, neste momento, ao próximo autor do requerimento de convocação, o Deputado João Gualberto, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. José Carlos Bumlai, é isso mesmo? O companheiro Miguel Haddad já falou para o senhor da dificuldade que foi convocá-lo aqui. O PT usou de todas as manobras, com os seus aliados, para não o trazer, é lógico que mostrando a grande preocupação que tinha e que tem o partido do Governo com essa oitiva com o senhor aqui. Então, fizeram de tudo, até que conseguimos convocá-lo. Por uma coincidência ruim, ou boa, não sei, o senhor foi preso no dia em que vinha aqui. Era para ter vindo antes.

Como o senhor sabe muito bem, Sr. Bumlai, o senhor e nós vivemos num País muito pobre, com muitas carências para a grande maioria da população. Nos últimos 13 anos do Governo do PT, Lula/Dilma, até o ano passado, a maior preocupação do povo brasileiro era saúde, educação, segurança e emprego. Essas eram as grandes preocupações do povo brasileiro. Pela primeira vez, aparece a corrupção em primeiro lugar — a corrupção em primeiro lugar —, com 34%. De longe, vem, se não me engano, com 16%, a educação.

Parece-me que o senhor faz parte dessa engrenagem de corrupção. Me parece. Não o estou acusando, mas lendo aqui o mandado de prisão do senhor. E de todos que foram presos até hoje, não teve nenhum inocente. A grande maioria foi condenada. Talvez o senhor seja o próximo a ser condenado. O senhor faz parte de uma engrenagem perversa, que tem roubado o dinheiro do povo brasileiro, mas roubado o dinheiro do povo pobre. O Governo, que rouba, rouba o dinheiro do povo pobre, daqueles que mais precisam do Governo. O senhor está consciente disso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Deputado, atendendo à recomendação dos meus advogados, eu vou permanecer calado.



O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - É uma pena, Sr. Bumlai. É uma pena. Lá, o senhor vai ter que falar. Lá, o senhor vai falar. O senhor vai ficar preso muito tempo e, lá, o senhor vai falar. Mas o senhor conheceu, parece-me, o ex-Presidente Lula, que é o homem que manda hoje, ainda, no Governo brasileiro, na Dilma; que nomeia Ministro, etc. e troca. Conheceu, parece-me, em 2002. Em sua entrevista depois, o senhor falava com muita animação das conversas que tinha com ele até 3, 4 horas da manhã, na fazenda do senhor. Por 4 dias, da primeira vez, ele se hospedou. Vocês ficaram conversando até 3 horas, 4 horas da manhã, né, na fazenda do senhor.

Até então, parece que até 2002, o senhor era um pecuarista bem-sucedido. Eu não conheço o passado do senhor. Parece que é um pecuarista bem-sucedido, tem a sua vida com a sua família, né? Parece que é uma pessoa normal, um brasileiro trabalhador — parece-me. Repito: não sei do passado do senhor, mas, a partir dessa amizade, e quando ganha o Presidente Lula — para o azar do Brasil, o Presidente ganha — a eleição de 2002, o senhor, a partir daí, começa a criar várias empresas. Em 2003, vem a São Fernando Açúcar e Álcool, da sua família, o.k.? *(Pausa.)*

Não vai falar? Depois, veio a Usina Brilhante Energia, Açúcar e Álcool Ltda., isso também em 2003, no ano da posse do Presidente Lula. Depois veio a Bumber Agrícola Ltda., em 2009, da sua família também; São Fernando Energia Ltda., em 2009; a Heber Participações S.A, em 2009, também da sua família. Em 2011, a MBB Participações e, em 2011 também, a GBB Participações. Então, a gente vê que várias empresas foram criadas nesse período de Governo do PT, principalmente no primeiro e no segundo Governos do Lula.

Já foi falado aqui — não adianta repetir — sobre esses empréstimos. É de se desconfiar: o BNDES emprestar dinheiro a quem já tem pedido de falência? Pelo amor de Deus! Alguma coisa tem de errado! Fora os 12 milhões que o senhor usou, que o senhor pediu, pegou no Banco Schahin, em 2004, e até 2009 não tinha pago nada, absolutamente nada, e nada houve. E o senhor, com essa cara que está aí, fala que foram pagos com embriões, depois, não é isso? Imagine se o povo brasileiro vai acreditar. A garantia desses 12 milhões era apenas o aval do senhor e da sua família. E parece que esses 12 milhões foram usados para comprar o silêncio



de alguém que estava extorquindo o ex-Presidente Lula, em função daquela morte não explicada até hoje do Celso Daniel, ex-Prefeito lá de uma cidade do interior de São Paulo. O senhor sabe disso. O senhor também é acusado de extorquir o Fernando Baiano, de pedir 2 milhões, para a filha do Lula. O senhor sabe disso também.

Hoje, depois de alguns anos, a gente percebe que as empresas do senhor estão em falência. Eu vi aqui que o senhor tem vários títulos protestados, que a empresa do senhor está em recuperação judicial. Valeu a pena esse roubo? Será que valeu a pena esse tráfico de influência, essa amizade com o Presidente Lula? Ou ele sugou do senhor? Ou esse dinheiro que o senhor recebia foi para o benefício do PT, do ex-Presidente Lula, da Presidente Dilma e das pessoas ligadas ao PT? Fazendo uma reflexão hoje, o senhor acha que valeu a pena?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Eu vou permanecer calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Eu acho que todos aqui já falaram de tudo em que parece que o senhor está envolvido. Repetir seria cansar a todos, mas eu pediria ao senhor que fizesse uma reflexão. Eu não tenho dúvida, pois todos os indícios estão postos, de que o senhor está envolvido nesse grande esquema de corrupção montado, parece-me — segundo a imprensa —, pelo ex-Presidente Lula, a partir de 2003, com o mensalão, depois com o petrolão, etc. O senhor faz parte. O senhor é a pessoa de confiança do ex-Presidente Lula e tem um escritório vizinho ao filho de quem? Do ex-Presidente Lula.

Parece-me que o senhor tem uma família organizada. Hoje, o senhor está preso, não sabe quando vai sair, não sabe qual vai ser a condenação. Roubou. Fez parte desse crime contra o Brasil.

É por isso que o Brasil não cresce. É por isto que o Brasil tem tantas pessoas que sofrem: é por pessoas como o senhor. Não é por outras pessoas. Não é por mim, Sr. Bumlai, é pelo senhor, que aceita e quer fazer parte de uma quadrilha de pessoas que assaltam o povo brasileiro. O senhor sabe disso. Então, ponha a mão na consciência, faça a sua delação e entregue essas pessoas que montaram essa quadrilha que tem assaltado o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado João Gualberto.

Passa-se agora à inscrição das Sras. e dos Srs. Parlamentares.

Concedo a palavra à primeira oradora inscrita, a Terceira-Secretária da Mesa, Deputada Mara Gabrilli. V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA MARA GABRILLI - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Bumlai, o senhor pode até desligar o seu microfone, porque não tenho nenhuma pergunta para o senhor, até porque, do tema que vou tratar, eu não tenho nenhuma dúvida.

Eu imagino que o senhor, a sua família, a sua esposa, Beatriz, estejam todos devastados com o que está acontecendo. Eu posso dizer para o senhor que sei o que é ter uma família devastada. A minha família é de Santo André. O meu pai era concessionário de empresas de ônibus em Santo André. Na gestão de Celso Daniel, foi criada, em Santo André, uma quadrilha que extorquia empresários. Essa quadrilha agia armada. Não era só um pedido de caixinha. Todo mês tinha o dia certo para a quadrilha ir lá. Essa quadrilha era formada por Ronan Maria Pinto, Klinger Luiz de Souza, que era Secretário Municipal, tinha a caneta na mão e fazia de contratos o que ele queria. E o terceiro era o Sérgio "Sombra", aquele que estava junto com o Prefeito Celso Daniel quando ele foi sequestrado.

Por coincidência, no dia em que o senhor foi preso, uma juíza em Santo André, depois de 13 anos, deu a sentença condenando essa quadrilha que extorquia a minha família por anos. Inclusive, uma das empresas que meu pai foi obrigado a entregar para o PT e para o Ronan Maria Pinto é a Expresso Nova Santo André. Existe um documento de que um empréstimo foi feito. Saiu da Schahin, confirmado pelo Sr. Salim Schahin, passou pelo senhor e foi parar na mão de Ronan Maria Pinto.

Mas eu queria, Sr. Bumlai... Eu não tenho pergunta. Eu deixo para perguntarem lá em Curitiba para o senhor. Eu só queria dividir aqui com o senhor quem é Ronan Maria Pinto, quem é esse cara. Esse cara é dissimulado. Esse cara é criminoso. Esse cara é covarde. Para o senhor ter ideia, eu não tenho movimentos do pescoço para baixo, mas ele tem medo de mim, porque, outro dia, eu encontrei



com ele em uma festa. Ele se abaixou embaixo da mesa e ficou de quatro, fingindo que estava procurando alguma coisa, até eu passar do lado dele. Ele é covarde.

E sabe como ele usa o jornal que ele comprou com esses 6 milhões que foram emprestados — está lá documentado pela Expresso Nova Santo André que ele recebeu esse dinheiro? Ele faz o seguinte: ele pega o jornal dele, o *Diário do Grande ABC*, vai a políticos de todos os partidos, médicos, superintendentes de hospitais, pessoas comuns e começa a detonar o povo no jornal dele. Aí, depois, ele chama e fala assim: “*Paga, que eu paro de criticar*”. Assim ele vai levando dinheiro, chantageando.

Essa quadrilha que extorquia os empresários, extorquia empresários de transporte, como o meu pai; tirava, roubava dinheiro de empresa de ônibus; que, como o Deputado João Gualberto falou, tirava dinheiro do pobre. Acabou com a qualidade do transporte na cidade. E o que aconteceu em Santo André foi um pequeno laboratório. Foi lá que tudo começou. Culminou no mensalão, culminou no petrolão. Estamos aqui na CPI do BNDES e sabe mais o que está por vir.

Eu procurei o seu amigo Lula. Eu, pessoalmente, o procurei. Por isso, não dá para ele dizer para ninguém que ele não sabia. Eu nem sonhava em ser Deputada, e eu o procurei, porque eu fui mais um dos brasileiros que acreditaram nele. Eu achei que ele poderia resolver. Eu achei que ele poderia resolver as retaliações administrativas que aconteciam em Santo André e acontecem até hoje. Acontecem lá.

O Sr. Ronan Maria Pinto é um câncer na cidade. Ele estraga a cidade. Ele rouba da cidade inteira. Isso do Prefeito. É parceiro do Prefeito, rouba do Prefeito. É parceiro do Governador, rouba do Governador. Ele está em toda parte. É a corrupção alastrada.

Eu falo isso para o senhor realmente colocar a mão na consciência, quando o senhor estiver lá em Curitiba: o que o senhor pode arrumar, o que o senhor pode melhorar neste País, expandir um pouco do bem neste País, porque a gente está precisando. Sabe-se que temos vários tipos de amigos. Eu tenho curiosidade de saber que tipo de relação afetiva o senhor mantém com o ex-Presidente Lula, porque temos amigos e tem “mui amigos” também.



Eu o procurei para dizer o que estava acontecendo em Santo André. Inclusive, eu não sei se o senhor sabe exatamente como o Prefeito Celso Daniel foi assassinado. Mas eu era vizinha do irmão dele. Em uma segunda-feira, lá em janeiro de 2002, o irmão dele me procurou. Foi a minha casa. Virou para a minha família e falou: vocês podem ficar tranquilos, que o Celso Daniel, embora condescendente com a corrupção, ele vai acabar com o esquema de corrupção em Santo André, porque ele foi chamado para fazer o plano de Governo do Lula. Isso foi numa segunda-feira. Segunda-feira, dia 14 de janeiro. No dia 18, na sexta-feira, ele realmente foi sequestrado e depois brutalmente assassinado.

E tem mais nessa história: o Ronan Maria Pinto foi chantagear o Lula porque tinha informação sobre a morte do ex-Prefeito Celso Daniel. E é óbvio que tem informação. E chantageou o Lula, chantageou o Gilberto Carvalho, chantageou o José Dirceu. O Gilberto Carvalho é conhecido na cidade de Santo André como “o homem do carro preto”. O homem do carro preto coletava o dinheiro extorquido de empresários — crime de concussão — e levava para José Dirceu, que era o Presidente do partido.

É impressionante como essa questão toda deixou o Lula abalado. E quando eu fui — o Lula me recebeu na casa dele —, eu contei tudo o que estava acontecendo. E falei do Ronan Maria Pinto. E ele teve a cara-de-pau de virar para mim e falar: *“Ah, Ronan Maria Pinto? Não conheço. Quem é?”* Essa foi a resposta que eu tive da pessoa que eu achei que poderia melhorar a situação da cidade Santo André. Afinal de contas, foi onde tudo começou na vida dele: foi na região do ABC. E foi uma grande decepção para mim.

Então, assim, eu não sei que tipo de amizade vocês têm, mas, com certeza, deve ser uma grande decepção para o senhor também, já que é uma grande decepção para o povo brasileiro. E eu espero que essa chantagem... Porque o Ronan Maria Pinto está condenado já. Está condenado. Embora ele vá responder em liberdade, eu acredito que, lá de Curitiba, ele não vá ter tanta liberdade. É capaz que o senhor o encontre, nos próximos dias, talvez. Ele é a pessoa que liga o caso do Celso Daniel ao petrolão. Ele recebeu dinheiro do petrolão, que passou pelas suas mãos, confirmado pelo Schahin. Ele recebeu esse dinheiro para calar a boca,



para não chantagear, porque ele tem informação de quem assassinou o Prefeito Celso Daniel.

O Sérgio “Sombra”, que era o capanga, que estava junto no carro... E a gente sabe que ficou do lado do carro, falando no telefone. Com Celso Daniel preso dentro do carro e vendo aquilo, é claro, não dava para dar um sustinho. Tinha que matar, porque ele viu. Então, o Sérgio “Sombra” foi condenado. Agora, infelizmente, o processo dele no Supremo — porque no processo tinha assassinato — foi anulado, voltou para o princípio. Mas vai. A Justiça não tardará. Tarda, mas não falha. Eu acredito nisso.

Então, eu estou aqui fazendo um apelo para o senhor. Eu acho que, de tudo o que aconteceu, do que o senhor possa ter se envolvido, eu acho que o senhor pode contribuir. O senhor pode contribuir para a cidade de Santo André, o senhor pode contribuir para o brasileiro e o senhor pode contribuir para que um crime, como o crime que aconteceu com Celso Daniel, não fique impune. Não fique impune e não fique esse silêncio.

Outro dia, eu li no jornal o Gilberto Carvalho falando assim: *“Puxa! Mas que judiação, que falta de respeito com o Sérgio ‘Sombra’! Ele está doente”*. Ele deixou meu pai doente. Meu pai passou 10 anos doente, por conta dele. Ele chegava, truculentamente, jogava a arma em cima da mesa e falava: *“Cadê o dinheiro?”* E o secretário do Celso Daniel, o Klinger, chegava com a arma no tornozelo e falava: *“Cadê o dinheiro?”* E Celso Daniel não queria receber meu pai. Não recebia. Mandava o Klinger. Sabia de tudo o que acontecia, mas, para ele, os fins justificavam os meios. Como o dinheiro era para a campanha do Lula, então, estava tudo certo. Podia, entendeu? Custou a vida do meu pai. Devastou a minha família e devastou muito uma população de uma cidade.

Isso não pode ficar impune, e o senhor pode ajudar a consertar isso no Brasil.

Então, eu espero que, lá em Curitiba, o senhor faça a delação premiada e dê nome. Dê nome aos bois e não venha com essa historinha de que pagou a dívida com embrião, que a gente sabe que não pagou. A Schahin ganhou um contrato bilionário com a PETROBRAS. É claro que é uma informação bem valiosa, não é, quem matou o Prefeito, para um contrato custar mais de 1 bilhão e 200 milhões com



a PETROBRAS. Fora o outro contrato, que veio depois, confirmado pelo Sr. Salim Schahin.

Então, eu te peço que, por favor, ajude o Brasil a desvendar essa sujeira, porque, a sujeira que está acontecendo hoje com o petrolão, ela nasceu em Santo André. E ela continua em Santo André. Uma das piores espécies que tem em Santo André é o Seu Ronan Maria Pinto. O que ele faz com o dinheiro que veio da PETROBRAS é chantagear pessoas, é continuar fazendo corrupção. A gente precisa acabar com isso. Eu conto com o senhor, com suas palavras lá em Curitiba.

Muito obrigada, Sr. Bumlai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço à Deputada Mara Gabrilli.

Eu consulto o Sr. Bumlai: V.Sa. gostaria de fazer algum comentário a respeito da participação da Deputada Mara Gabrilli?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Não, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Delegado Edson Moreira, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Bumlai, em 35 anos de carreira policial, já interroguei vários criminosos — vários —, mas não tão importantes, de um naipe bem alto. Até posso ter interrogado, mas não me recordo de um naipe alto, do naipe de V.Exa. É difícil interrogar criminosos assim, ainda mais com o direito constitucional do lado. Mas eu vou fazer algumas perguntas, só para desengargo de consciência.

Qual é o grau de amizade do senhor com o Presidente Lula? O senhor ajudou a reformar o sítio dele lá em Atibaia, em Mairiporã. É verdade isso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Deputado, eu vou...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Qual é o grau de amizade que o senhor tem com o José Dirceu?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Não, é... Eu vou me manter calado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Direito constitucional que o senhor tem. Acho que está certo.



Qual é o grau de amizade que o senhor tem com o Guido Mantega? Como o senhor conseguia empréstimo facilitado, já que a empresa do senhor... Porque o BNDES tinha os requisitos para fazer esse empréstimo, e o senhor, com a empresa tendo decretada falência, conseguiu esses empréstimos? Qual era a influência que o senhor tinha de entrar facilmente no Palácio do Planalto? Como o senhor conseguia esse tráfico de influência com essas pessoas poderosas?

Olha que eu já tentei várias vezes e nunca consegui, mesmo sendo Deputado. E o senhor, mais fácil do que eu, o senhor conseguiu, tranquilamente. Mas é difícil.

Eu não queria também estar na pele do senhor, não é? A gente sempre tem que dar um passo que a nossa perna consiga dar. Quando a gente não consegue dar esse passo, a gente se desequilibra e cai. O tombo hoje parece que está... Chegou a hora em que o senhor escorregou, já que o senhor está preso aí.

Esperava-se ouvir o senhor na semana passada, mas, infelizmente, o senhor não estava...

Qual é o grau de amizade que o senhor tem com o Senador Delcídio? O senhor tem grau de amizade com ele?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou permanecer calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Calado é bom, não é, chefe? É bom ficar calado. É ou não é? *(Risos.)*

Está certo. A melhor coisa que tem é a gente ficar calado de vez em quando.

Estou satisfeito, Sr. Presidente. Eu vou ficar calado também agora, a partir de agora. *(Risos.)*

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Questão de ordem, Deputada Laura.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu já participei de algumas CPIs. E na CPI, especialmente na CPI do Narcotráfico, as pessoas tinham o direito constitucional de eventualmente não falar, mas sobre aquilo que lhes era imputado. O Sr. Bumlai não responde nem se era amigo ou não do Lula. Não faz nenhum



sentido. E nem a Constituição permite isso. São perguntas que não lhe imputam nenhum crime. Que eu saiba, não é crime conhecer o ex-Presidente.

Então, eu não consigo entender. Está certo que ele não responda sobre os crimes que cometeu, é natural, a Constituição assim permite, mas não que ele não responda a perguntas absolutamente tranquilas: se conhece, se tinha a fazenda tal, se tinha o setor tal. Nada de grave.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, esta não é a CPI do fim do mundo; esta é a CPI do BNDES. É uma CPI que não está tratando de questões nem de Município, nem da Lava-Jato. Porque a PETROBRAS teve CPI específica sobre isso e existe uma operação em curso.

Portanto, o que cabe aqui, neste debate, são as relações possíveis com o BNDES, a possível irregularidade no trato dos recursos do BNDES.

Eu vou aproveitar este espaço, primeiro, para dizer como é que a imprensa trabalha em relação ao BNDES.

A *Folha* publicou, no primeiro dia deste mês, do mês passado, a manchete, que foi a reportagem: *“BNDES suavizou exigência para socorrer amigo de Lula”*. As pessoas perderam até nome: “amigo de Lula”. Eu não vi nenhuma manchete: *“Amigo de Aécio, que financiou a lua de mel de Aécio, foi preso”*. Eu não vi isso em nenhuma imprensa. Não vi isso. A matéria insinuava um tratamento privilegiado ao Sr. José Carlos Bumlai, que está aqui, por conta de uma suposta relação com o ex-Presidente. Estou lendo aqui uma nota do Presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho.

Primeiro, em relação ao empréstimo que se teve, de modalidade indireta, não cabia ao BNDES, e sim aos bancos credenciados, a análise do crédito e do risco da inadimplência, porque os próprios bancos já faziam essa garantia. Portanto, do ponto de vista... Não houve por parte do BNDES qualquer rompimento de norma interna no trato dos investimentos, dos empréstimos, na modalidade indireta, que foram dados ao Sr. Bumlai. Por quê? Apenas uma exigência de pedido de falência não é o suficiente para impedir. Se fosse assim, qualquer empresa que estivesse



tomando um crédito, se houvesse qualquer solicitação de pedido de falência, paralisava o crédito da empresa. Ô, rapaz! O senhor seria uma beleza para qualquer tipo de concorrente!

Não é assim que funciona o sistema financeiro. Não é assim que funciona o sistema financeiro.

Portanto, desse ponto de vista, demonstrou-se claramente que, do BNDES, como até agora tem-se comprovado nesta CPI, não se trouxe nenhuma prova substancial de irregularidades na concessão de financiamentos. E no que a Oposição sempre toca, de maneira até irresponsável, ao dizer que o Governo, através do BNDES — ou que o BNDES — financia atividades ou países estrangeiros. Mentira! Financia exportação de bens e serviços nacionais, e deve fazê-las. Se não as fizesse, não estaria cumprindo o seu papel de desenvolvimento econômico e social.

Portanto, esta é a primeira questão que foi relacionada aqui com a vinda do Sr. Bumlai: relacionada exatamente a esse aspecto de uma denúncia que surgiu na *Folha de S.Paulo*. E olha que surgiu no dia 1º, no início do mês de novembro, em manchete, e só deram o direito de resposta — por isso que nós aprovamos, corretamente aqui, a lei que garante o direito de resposta —, só foi colocado no dia 29/11. E, mesmo assim, em matérias de opinião, ou seja, num artigo do Sr. Luciano Coutinho, o que dá uma demonstração clara de que não houve por parte do BNDES nenhum tratamento diferenciado ou de privilégio.

Quanto a empresa deixou de honrar? Foi o banco que pediu a recuperação judicial, e não hesitou em pedir a falência. E olha aqui. O próprio ofício, que foi endereçado a esta CPI, diz — eu acho que os Deputados precisavam ler esse ofício:

“Vale informar que o BNDES já recebeu, desde a contratação da operação (em 2008), até o presente momento, pagamentos da São Fernando que somam o valor de R\$252,2 milhões, o que corresponde a 63,8% o valor originalmente contratado...”

Ademais, o BNDES atualmente possui garantias reais para fazer frente à persecução e recuperação do restante da dívida nas vias judiciais.”



E temos que analisar também o seguinte: nós estamos aqui pleiteando que exista no Brasil um capitalismo sem risco. Ou seja, o banco de investimentos faz um investimento no setor sucroalcooleiro. O que aconteceu nos anos de 2010 e 2011? Será que não sabem da crise que ocorreu no setor?

Ao longo de 2010, iniciou-se um processo de expansão com esse investimento que foi financiado pelo BNDES. Havia uma capacidade de moagem de 2,3 milhões de toneladas, foi para 4,3 milhões de toneladas. Isso é investimento produtivo, por safra, bem como o da cogeração de energia por meio de construção do segundo sistema de cogeração de energia elétrica.

Isso está no próprio ofício que foi apresentado aqui. Isso é financiamento para expansão da atividade produtiva, não é financiamento para entrega no patrimônio público, não, como foi feito no passado, quando o BNDES era utilizado para entregar as empresas brasileiras. E está aí: hoje, grande parte da inflação brasileira está relacionada aos preços administrados pelo Estado, que foram resultantes do processo devastador de privatização, da forma como foi feita no Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, essa é uma primeira demonstração, Sr. Presidente, no que diz respeito aos chamados privilégios no trato, na relação com o BNDES. Não estou aqui julgando a situação do Sr. Bumlai em relação à Lava-Jato. Estou discutindo aqui o que é objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é a relação do empresário com o BNDES e o suposto tráfico de influência.

E quero dizer mais: levantou-se também, aqui, um absurdo, como se o terreno estivesse sendo valorizado. Não é assim. Em relação a garantias reais, esse financiamento que foi feito, direto, trata de um projeto *greenfield*, no qual a garantia é evolutiva, e, portanto, tem seu valor incrementado ao longo de sua implantação. Primeiro havia um terreno, depois foram incorporadas edificações, benfeitorias, máquinas e equipamentos. Assim, o valor inicial da garantia constante nos contratos — 08.2.1031.1 e 08.2.1032.1 — era de 2 milhões, apenas o terreno, e atingiu o valor de 496 milhões após a conclusão do projeto. E foi concluído o projeto. Portanto, nós não podemos fazer uma tergiversação sobre isso. É como se você tivesse um terreno aqui, e o terreno fosse sendo valorizado por si só.

Então, acho que nós precisamos efetivamente analisar.



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - O tempo? Eu acho que, na medida em que se abriu concessão para outros falarem além do tempo, eu também tenho esse direito e essa prerrogativa.

Então, Sr. Presidente, vou encerrar. O Regimento é para uns e não é para outros? Nesse sentido...

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - O senhor defendeu o Regimento agora, alguns instantes atrás, Deputado. O senhor é um grande defensor.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Não, mas eu fiquei ouvindo. E, como foi garantido tempo a mais para os outros, eu tenho direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - A palavra está garantida a V.Exa., da mesma forma que concedemos aos outros oradores.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Então, Sr. Presidente, não vou me dirigir ao Sr. Bumlai, porque eu sei que ele está exercendo o seu direito, mas quis fazer esse esclarecimento, porque esse esclarecimento tem a ver com o objeto da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. Transformar esta vinda, e este debate, que é do BNDES — sobre o qual eu não vi nada de objetivo, nada de concreto — na CPI da Lava-Jato, na CPI do geral, eu efetivamente acho que não é o momento, principalmente porque cabe a esta CPI fazer esse levantamento.

Essa Nota GP CPI — BNDES nº 104/2015 precisava ser lida, para se fazer um debate, de fato, dos elementos objetivos que existem contidos nessa nota e nas explicações do BNDES. Isso, com certeza, não vai estar nas páginas dos jornais, porque esses jornais, a grande mídia brasileira tem um interesse determinado em fragilizar, desestabilizar esse que é um banco fundamental para o desenvolvimento nacional, que é o BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Davidson Magalhães.

Sobre a mesa requerimento do Exmo. Sr. Deputado Bruno Araújo, Líder da Minoria, designando o Vice-Líder Deputado Miguel Haddad para que utilize o tempo de Comunicação de Liderança da Minoria.

Concedo a palavra a V.Exa., pelo tempo de até 7 minutos.



O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero primeiro cumprimentar o Deputado Davidson, porque defende o indefensável. Defende o indefensável, pelo seu envolvimento com esse Governo do PT, que é o Governo com maior envolvimento em corrupção da história deste País. É um mar de lama. Todos os dias, nós temos novas prisões. Todos os dias, nós temos novas denúncias. As delações premiadas vão mostrando o mar de corrupção em que o País está envolvido. Este Governo, na verdade, institucionalizou a corrupção e colocou o País a serviço do partido. Esta é a realidade: nós temos hoje um País de joelhos, um País em que cresce o desemprego, a inflação, em que alguns ganham, enquanto milhões de brasileiros estão na penúria. Essa é a gestão do PT, que o Deputado Davidson defende.

Quando se fala — acho que temos sempre que deixar isso muito claro — na questão da Usina São Fernando I, do financiamento que o BNDES, logo após um pedido de falência dos empréstimos concedido, quem deu a garantia? Quais foram os bancos que deram a garantia? 1 - Banco do Brasil, banco público; 2 - BTG Pactual, que está agora com o seu Presidente preso também em função do envolvimento. Então, o Governo, se não é o BNDES, é o Banco do Brasil. E quem capitaneou de forma até diferenciada foi o BTG e não o Banco do Brasil, que é a quem caberia isso. Se não foi o BNDES, está ali o Banco do Brasil.

A grande verdade é que esta CPI não terminou, não encerrou os seus trabalhos. Ainda há muito que apurar. Talvez encerrem os trabalhos da CPI para que não se apure o escândalo em que se encontra hoje todo este País. Esta é a realidade. Por isso, querem encerrar agora no dia 4 ou no dia 17. A grande verdade é que cada convocação é uma grande aventura, um esforço imenso para obterem informações, tanto que, quanto ao Sr. Bumlai, houve pedidos aqui, por parte da base governista, para que, após a aprovação do requerimento, ele não fosse ouvido. Não se acatando a decisão da CPI, da Mesa Diretora da CPI, apelou-se ao Plenário, ao Presidente da Casa, Sr. Eduardo Cunha.

Então, há todo esse esforço. A tranquilidade em relação ao BNDES, à CPI é tamanha que nós não conseguimos aprovar os requerimentos — e são inúmeros. A JBS está aí, são 300 milhões de doações do ano passado, e nós não conseguimos convocar o Presidente da JBS, como não conseguimos uma série de informações.



Recentemente, a OPR e a Pepper entraram com mandados de segurança para não fornecerem as informações, informações que deveriam ser públicas, porque é o trato com o dinheiro público, é a relação com instituições públicas.

Deve haver transparência, satisfação à população brasileira. Nós precisamos dar um basta a isso. É impossível, não há como mais suportar o grau de corrupção em que nós estamos envolvidos, em que o País está envolvido, graças ao Governo incompetente. E, digo mais, se nós tivéssemos como avaliar de forma efetiva a gestão da Presidente Dilma, eu diria o seguinte: o prejuízo é muito maior pela incompetência, muito maior do que pela corrupção, que já assola todo o País. O que falta, de fato, é a credibilidade, a confiança, a competência.

Além disso, a corrupção se formou e se institucionalizou, e o que nós temos aí é uma grande quadrilha. Essa é a nossa realidade. Essa é a realidade desta CPI, a realidade da CPI da PETROBRAS. Causa-me estranheza que nós tenhamos argumentos para defender este Governo, para defender a PETROBRAS, para defender Belo Monte, para defender os estádios que foram feitos. E as delações premiadas aí estão, mostrando claramente o grau da corrupção.

E digo mais: se há qualquer requerimento de informações ou de convocação em relação a qualquer ex-Governador de qualquer partido, já me coloquei à disposição para assiná-lo, desde que, de fato, haja dados suficientes para isso. Nós não podemos ficar no jogo político. Nós temos que apurar, de fato, as ações do atual Governo, que estão aí sob suspeição, até porque os indícios são muito fortes.

Então, eu queria só deixar claro, Sr. Presidente, que nós, aqui na CPI, agimos com absoluta responsabilidade. Fazemos os pedidos. Apresentamos as convocações para as oitivas, fazemos requerimento de informações, mas poucos requerimentos foram aprovados, poucas oitivas a que nós conseguimos trazer as testemunhas para serem ouvidas. Eu queria deixar aqui os meus agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Questão de ordem. V.Exa. foi citado. Concedo 1 minuto a V.Exa.



O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Quero dizer aos Deputados e Deputadas que eu não fiz defesa nenhuma de corrupção, nem fiz, nem faço, nem nunca farei, porque, aliás, na minha biografia, nunca defendi ninguém envolvido em ato de corrupção. Fiz uma distinção porque nós estamos fazendo uma discussão sobre BNDES. Quanto a programa de Governo, competência de Governo, resultado de Governo, no dia em que abrir aqui um seminário, um debate, eu topo participar para ver as heranças tucanas e as contribuições do Governo.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Eu também, Deputado.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Mas gostaria de participar imensamente, inclusive para ver onde começa, onde se instalou todo esse antro de corrupção que nós estamos vivenciando hoje no País, mas isso é um outro debate. O que eu fiz aqui é uma afirmativa que cada vez fica mais comprovada de que os elementos que levaram esta CPI a ser criada são completamente sem substância, são elementos frágeis, para dizer, como foi dito e repetido — e a mentira repetida se transforma, se nós não reagirmos, em verdade —, que no BNDES existe o esquema de facilitação de interesse dos empresários.

Tenho dito que os resultados do BNDES de inadimplência são menos de 1%, e os resultados obtidos pelas empresas e pelo Brasil na ampliação das suas exportações e da sua produção respondem pelo êxito do BNDES. É disso que eu faço a defesa incontinente aqui neste...

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Davidson Magalhães.

Já foi feito o desafio, V.Exa. já o aceitou. Depois nós vamos promover esse embate.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Apenas uma informação, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós não podemos perder de vista que nós estamos participando de uma audiência com a presença do Sr. Bumlai.

Peço a V.Exas. que não percamos o foco e o objetivo desta reunião.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Vou acatar o pedido.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Próxima oradora inscrita é a Sub-Relatora desta CPI, a Deputada Cristiane Brasil, a quem concedo a palavra.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Sr. Presidente, eu estava respeitando aqui a questão de ordem e a colocação do meu colega Vice-Presidente Miguel Haddad, porém, antes de eu fazer a minha fala, quero também fazer uma questão de ordem. Antes de fazê-la, quero perguntar a V.Exa. uma coisa: o que V.Exa. e o nobre Deputado Relator Deputado José Rocha estão fazendo para que esta CPI seja prorrogada? Se esta CPI não for prorrogada, mesmo que o Relator apresente o relatório dele na quinta-feira — eu não sei se está pronto ou não —, se qualquer Deputado pedir vista, esta CPI tende a ficar sem relatório.

Bom, quero dizer a V.Exa. que eu estou com o meu relatório pronto, e, se o relatório do Relator ainda não estiver pronto, eu coloco o meu para servir de relatório paralelo, para não ficarmos sem relatório. Então, eu queria que V.Exa. primeiro me respondesse, depois eu vou acrescentar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Primeiro, eu queria cumprimentar V.Exa. pela competência demonstrada. V.Exa., com a agilidade, a sensibilidade e o preparo que tem, já nos nutre com o seu relatório. O que nós temos de oficial, Deputada Cristiane Brasil, é um ofício que nós enviamos ao Presidente, já faz 1 mês, solicitando a prorrogação, porque nós entendemos que, primeiro, é uma praxe quase todas as CPIs serem prorrogadas nesta Casa; segundo, levando em consideração o diferencial desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é uma Comissão eminentemente técnica. Nós estamos diante de muitos relatórios, de muitos dados, de muitas informações e de muitos elementos.

Como o Presidente Eduardo Cunha não se manifestou até o presente momento, sabendo que o prazo desta CPI se expira no próximo dia 4 de dezembro, é claro, óbvio e inequívoco que tudo isso nos leva a acreditar na prorrogação dos trabalhos desta CPI.

Hoje, pela manhã, vi, inclusive, uma declaração do próprio Presidente, em um veículo de circulação nacional, afirmando que irá prorrogar não apenas a CPI do BNDES, como também a CPI dos Fundos de Pensão. Basta que se defina apenas o período dessa prorrogação. Então, eu acho que nós temos já essa garantia legal do Presidente.



Espero, no mínimo, mais 30 dias para que não apenas V.Exa., mas o Relator, o Deputado José Rocha, e todos os outros Sub-Relatores possam ter um tempo hábil para que possam terminar os trabalhos.

Então, esta é a nossa posição. Eu já defendi, inclusive, a prorrogação publicamente durante a nossa última reunião. Fiz um apelo aos Líderes que compõem a Comissão Parlamentar de Inquérito para que pudessem sensibilizar o Presidente, que é por onde passa, necessariamente, as prorrogações de todas as Comissões Parlamentares de Inquérito.

Devolvo a palavra a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Quero perguntar ao nosso Relator como está o andamento do seu relatório.

Se eu lhe mandar o meu relatório, V.Exa. pretende ou tem como aproveitar alguma parte ou ele como um todo no seu relatório?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Estou aguardando dos Sub-Relatores as propostas para que sejam incorporadas ao meu relatório. Assim que os Srs. Sub-Relatores, inclusive V.Exa., desejarem enviar os seus relatórios, estarei às ordens para recebê-los e incorporá-los ao relatório.

Estou preparado para apresentar o meu relatório a qualquer momento em que a Comissão decidir encerrar os seus trabalhos.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Isso é muito importante.

Bom, Sr. Presidente, questão de ordem: com suporte nos artigos 35, 37 e 100 do Regimento Interno desta Casa, venho apresentar questão de ordem voltada a questionar a impossibilidade de se apresentar um relatório paralelo para deliberação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Creio ser completamente equivocado o entendimento que considera não ser o relatório da CPI uma proposição. Conforme o *caput* do art. 100 do Regimento Interno desta Casa, proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Câmara, sendo inegável que um relatório de CPI esteja sujeito à deliberação.

A CPI, ademais, nos termos do art. 58, § 3º, da Carta da República, apresenta a Câmara dos Deputados, sendo inegável que, mediante esse dispositivo constitucional, o constituinte originário conferiu ao Poder Legislativo poderes de investigação próprio das autoridades judiciais, tudo de modo a permitir a devida



fiscalização de atos do interesse público. É antiga a ideia de que não há como o Poder Legislativo legislar sem o devido conhecimento das questões importantes para o País, sendo as CPIs instrumentos essenciais para assegurar esse conhecimento.

Por sua vez, é também manifesta a existência de diversas CPIs nesta Casa e no Congresso Nacional onde houve a apresentação de relatórios paralelos ou relatórios apresentados pelo Relator foram aprovados com destaques e emendas, sendo substancialmente modificados pelo Colegiado. Assim ocorreu na CPI do SIVAM, na qual, apresentado e aceito o relatório em separado pelo Deputado Arlindo Chinaglia, este somente não chegou a ser votado em razão de uma composição feita posteriormente entre os Parlamentares. Também me recordo da CPI dos Combustíveis, ocasião em que o relatório apresentado foi aprovado com diversos destaques e emendas, da mesma forma como ocorre com as demais proposições.

Tudo nas CPIs é decidido pelo colegiado, sendo completamente contraditório que, justamente no momento da votação do relatório, seja atribuído ao Relator poderes de ter apenas o seu relatório aceito. Tal procedimento viola o princípio da igualdade entre os Deputados e também da colegialidade, impondo aos demais Parlamentares um *capitis deminutio*, justamente no momento da decisão mais importante, que é a relativa ao mérito do que investigado. O princípio da colegialidade, aliás, é indissociável do funcionamento das CPIs, as quais possuem um procedimento tipicamente judicialiforme.

Assim, ainda que o Regimento nada dispusesse a respeito de como deve ser a votação do relatório das CPIs, devo lembrar que, no Poder Judiciário, o juiz relator não possui mais poderes que os demais magistrados, podendo perfeitamente restar vencido durante a deliberação no colegiado, sendo, a partir de então, escolhido o magistrado que proferiu o primeiro voto divergente para ser o redator do acórdão, até como acontece em outras Comissões. O mesmo procedimento deve ser observado na deliberação dos relatórios das CPIs, mesmo porque o Regimento Interno deve ser interpretado a partir da Carta da República, e não o contrário. Esta Mesa, portanto, adota uma clara inversão desses preceitos.



Afirmar que as hipóteses previstas no art. 100 do Regimento Interno são taxativas, além de violar o princípio da colegialidade e da igualdade entre os Parlamentares, também faz pouco caso do princípio de que as CPIs constituem típico direito das Minorias Parlamentares. Isso porque, embora sejam instaladas com o requerimento de um terço dos Deputados, são as Maiorias Parlamentares que, após o momento de instalação, têm o poder para determinar quem serão o Presidente e o Relator da Comissão Parlamentar.

Explico-me. Em primeiro lugar, o Presidente da CPI é eleito pelo Plenário da Comissão, cuja composição observa proporcionalidade no Parlamento. Em segundo lugar, é o Presidente da CPI que escolhe o Relator que, assim, geralmente será integrante da Maioria.

Veja, portanto, que conferir ao Relator esses poderes justamente no momento da conclusão dos trabalhos da CPI significa fazer pouco caso da Constituição, pois tal metodologia fraudava o direito da Minoria de legitimamente apresentar conclusões diversas sobre a fiscalização efetuada sobre o Poder Executivo e outras questões de interesse público.

Ora, a Constituição Federal concebeu as CPIs justamente como algo a permitir o exercício pleno da fiscalização pelas Minorias Parlamentares, não competindo a esta Mesa, mediante a interpretação do Regimento, violar expressa e diretamente o art. 58, §3º.

Lembro a esta Mesa a possibilidade de qualquer Parlamentar impetrar mandado de segurança perante o STF, de modo a garantir o devido respeito ao processo legislativo, não tendo o Supremo se furtado de assegurar esta observância, quando estão diretamente desenvolvidos dispositivos e princípios constitucionais.

Desse modo, rogo a esta Mesa que defira a questão de ordem apresentada no sentido de autorizar a apresentação e votação de relatórios paralelos na Comissão Parlamentar de Inquérito aos sub-relatores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V. Exa., Deputada Cristiane.

Acho que isso poderia ser inclusive tratado internamente na CPI até para que nós não pudessemos fugir um pouco do foco do objeto. Digo a V. Exa. que a Mesa



não adotou nenhuma regra com relação aos sub-relatores, mesmo porque quem nomeou os sub-relatores fui eu. Eu senti a necessidade de, havendo um vasto material a ser investigado, informações sendo solicitadas e a questão técnica que envolve o BNDES, tirar esse peso total das costas do Relator sozinho e dividir isso com V. Exas.

Agora, não podemos perder de vista que é uma praxe, um histórico nesta Casa haver apenas um relatório. Nós não fazemos a votação de sub-relatórios, não há histórico nesta Casa. Muitas vezes se confunde essa questão. Mas, como já disse aqui o Relator, acho que nós vamos procurar mais uma vez buscar o entendimento. Ele já disse que está aguardando o envio do material dos sub-relatores para que possa analisá-lo. O que vai à votação é o relatório do Relator, o Deputado José Rocha, mas vou acolher a questão de ordem de V. Exa.

Acho que vamos procurar, Deputada Cristiane Brasil, como nós temos feito desde o início aqui na condução dos trabalhos, sempre o diálogo, o consenso para que possamos produzir um relatório à altura do que espera V. Exa. na condição de Sub-Relatora, porque se debruçou sobre o assunto, pesquisou, investigou, estudou o assunto. Milhares e milhares de documentos chegaram a esta CPI. Não tenho dúvida alguma de que o objetivo de V. Exa. será contribuir com o nosso relatório.

Então, não tenha dúvida alguma de que muito em breve, assim que nós tivermos o prazo estipulado da prorrogação dos trabalhos desta Comissão, nós haveremos de fazer uma reunião com os quatro sub-relatores, com o Relator e com quem mais desejar participar, a fim de que V.Exas. possam dar a contribuição necessária que V. Exas. têm para o Relator-Geral.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Sr. Presidente, eu coloquei essa questão de ordem justamente porque estou muito preocupada com a possibilidade de não haver essa prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não, isso não vai acontecer.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Graças a Deus. Assim eu espero. Com todo o respeito à sua condução dos trabalhos, inclusive à boa vontade do nosso Relator, dada a premência do tempo, e como nós estamos ouvindo rumores pela Casa, matérias de jornal, de que existe toda uma tentativa de se bloquear a prorrogação dessas CPIs em curso, eu quis garantir que os sub-relatores também



possam apresentar os seus relatórios para serem votados aqui, mesmo que nós percamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - E serão lidos. Não tenha dúvida alguma.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Mesmo que percamos, mas pelo menos teremos a possibilidade de apresentá-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu comungo da preocupação de V.Exa. Como disse e ratifico, há 30 dias eu officiei ao Presidente Eduardo Cunha a necessidade de prorrogação. Nós teremos, no mínimo, a necessidade de mais quatro reuniões, uma para apresentação dos relatores setoriais, em que V.Exa. está inserida, a leitura do relatório final, haverá discussão e votação do relatório. No mínimo, nós vamos ter pelo menos mais quatro sessões à frente dos trabalhos da Comissão, a fim de que nós possamos seguir o rito normal e chegar ao relatório final desta CPI.

Indago a V.Exa. se vai querer fazer questionamentos ao Sr. Bumlai.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Então concedo a palavra novamente a V. Exa.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Na verdade, dado que o Sr. Bumlai não vai responder a nenhum questionamento, vou fazer algumas observações, algumas coincidências que deveriam ser levadas em consideração sobre o seu depoimento aqui.

Quero deixar consignado aqui nos Anais desta CPI que, com todo o respeito que tenho às instituições deste País, a saber, Judiciário, Polícia Federal, Ministério Público, a sua prisão, estando o senhor em Brasília no dia em que deveria vir prestar esclarecimentos, sem a devida proteção do silêncio, dado que ainda não estava na condição de preso, para mim, causa profunda estranheza, profunda estranheza, principalmente, dada a sua proximidade sabida por muitas pessoas do ex-Presidente Lula e de sua família.

Portanto, essa proteção teórica, suposta que lhe foi dada, hoje, nos traz aqui sem que o senhor de fato possa prestar esclarecimentos que nós consideramos muito importantes para consubstanciar o nosso entendimento sobre os fatos que



deram ensejo a esta CPI. Entre elas, as evidências que têm sido veiculadas, que serão apuradas por essas instituições, é a de que senhor é um representante, digamos assim, dos interesses da família do ex-Presidente Lula. Nós não vamos poder perguntar.

Eu estive também, Sr. Bumlai, por algumas vezes, e inclusive nessas oitivas que nós tivemos aqui, com o representante do BNDES que me trouxe algumas informações sobre aquele seu empréstimo. Pelo que me foi dito, em princípio, o BNDES não teria como aceitar as garantias que o senhor apresentou para concessão daquele empréstimo.

O senhor, então, dada a sua proximidade com integrantes do Governo, dada a sua proximidade com a família do Presidente Lula, conseguiu que o Banco do Brasil, que é um banco público, que também, assim como o BNDES, trabalha com o dinheiro dos trabalhadores do Brasil, das pessoas, dos cidadãos brasileiros, lhe desse as garantias para que, aí sim, conseguisse esse empréstimo junto ao BNDES. Na minha opinião, isso deve ser comprovado pelas autoridades. Trata-se, sim, de tráfico de influência.

Sr. Bumlai, na minha opinião também, isso significa tirar dinheiro do bolso esquerdo, do Tesouro, do Erário, dos trabalhadores, dos brasileiros, para tampar um buraco e garantir o pagamento do bolso direito, do Tesouro público, dos cidadãos brasileiros, dos trabalhadores.

Portanto, na minha opinião inclusive, os bancos públicos deveriam ser impedidos de dar esse tipo de garantias a empréstimos do BNDES. Para mim, há indício claro de que isso só se deu por causa da sua aproximação com o Presidente Lula.

Agora, no mais, eu quero dizer ao senhor que, dada a sua condição de preso neste momento, entendo que não deve ser fácil para o senhor estar aqui hoje, entendo a sua preocupação em relação à sua segurança, entendo que o senhor deve estar muito preocupado com seu futuro, com o que pode acontecer com o senhor daqui para frente, com essas investigações e os resultados dessas investigações.

Eu quero lembrar-lhe, Sr. Bumlai, aliás, eu o adverti quanto a isso, que o seu grande amigo disse que não é tão seu amigo assim. Ele já disse isso publicamente,



andou fazendo críticas inclusive à sua atuação, à maneira com que o senhor vinha se comportando, como se ele não soubesse. E o senhor tome cuidado, porque, para se manter no poder, pelo projeto de hegemonia no poder que o seu amigo representa, ele só se importa com ele. Ele não vai se importar com o senhor.

Então, Sr. Bumlai, se o senhor um dia, de fato, constatar que o que estou afirmando ao senhor é verdade, faça um favor à Nação, traga-nos a verdade sobre diversos fatos que podem livrar o Brasil de lideranças neopopulistas que, em vez de defender a democracia, defendem uma ditadura disfarçada de democracia, uma “democradura”. Querem se perpetuar no poder em detrimento das instituições democráticas e brasileiras.

Era isso que eu tinha para lhe dizer, Sr. Bumlai. Desejo ao senhor muita boa sorte no seu processo. Estar preso é a pior coisa que pode acontecer. Enfim, que aconteça o melhor para o senhor! Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço à Deputada Cristiane Brasil.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Sub-Relator, o eminente Deputado Alexandre Baldy, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde, nobres colegas Deputados e Deputadas, Vice-Presidente, Sr. Relator, Sr. José Carlos Costa Marques Bumlai.

Realmente, é muito triste para o Brasil, Sr. Bumlai, para esta Casa, para o Congresso Nacional, não obtermos as respostas de V.Sa. Assim como foi mencionado por V.Sa. que na semana passada poderia ter dado as respostas necessárias, eu creio que várias dessas respostas não o incriminam, não atrapalham o curso do processo criminal que V.Sa. sofre pela Justiça, principalmente na Operação Lava-Jato, na Vara Federal e, sim, daria oportunidade de defesa.

Aqui eu percebi que colegas comentarem muito bem que V.Sa. pode ser o Marcos Valério dessa Operação Lava-Jato. Não se esqueça disso, Sr. Bumlai. O grande empresário, amigo do todo-poderoso Presidente Lula foi utilizado para a perenidade e a manutenção do poder. Depois, V.Sa. será descartado pelo projeto de manutenção de poder, como já foi comentado, e pagará por todos esses erros



sozinho, como pagou e continua pagando o operador do mensalão, que sozinho cometeu todos os atos e fora culpado por quase tudo o que foi colocado. V.Sa. tem aqui hoje a oportunidade de demonstrar por que e como atuou a sua empresa.

O senhor mesmo mencionou em diversos veículos de comunicação que era e é um grande produtor rural, que tinha propriedades, tinha recursos, tinha tudo em sua vida para não precisar se aproximar do poder e de pessoas para obter privilégio, pois já era um privilegiado cidadão brasileiro, que tinha em seu Imposto de Renda uma vasta lista de propriedades e recursos e não precisava da influência de absolutamente ninguém para chegar aonde chegou e aonde poderia chegar. Mas estranhamente o senhor se aproximou disso e se denomina como amigo do Presidente Lula, como diz a imprensa.

Eu percebo que V.Sa. tem vontade de responder. Eu não creio que haja um impedimento, que o incriminaria responder se é ou não amigo do Presidente Lula, se o cartaz no Palácio do Planalto, no Palácio da Alvorada ou na Granja do Torto para futebol, churrasco ou reunião era ou não era de passe livre.

Não é por acaso, Sr. Bumlai, que a Polícia Federal nomeou a operação de Passe Livre, ela foi nominada pela atuação de V.Sa. Passe livre era aquilo que V.Sa. tinha quando acessava o Presidente Lula, e V.Sa. tem aqui a oportunidade, sem se incriminar, de dizer se era mais ou menos ou se era tudo isso de fato, porque isso não vai prejudicá-lo de forma alguma.

O senhor já negou que conheceu o Schahin; o senhor já negou que esteve com o Schahin; o senhor já negou que atuou com Fernando Soares, o Fernando Baiano; o senhor já negou que operou para que as sondas fossem contratadas pelo Banco Schahin; o senhor já negou uma série de situações.

O senhor tem condições aqui, Sr. Bumlai, de fazer esclarecimentos adicionais para que esta Comissão não possa prejudicá-lo ainda mais, para que o relatório final a ser votado não possa incriminá-lo ainda mais, porque o tráfico de influência, a formação de quadrilha e outros diversos crimes podem ser incorporados às acusações que V.Sa. sofrerá.

Esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tem poderes e prerrogativas constitucionais para, ao final, incriminar V.Sa. e colocar as consequências sobre seus ombros muito maiores do que possam estar.



Então, V.Sa. tem a oportunidade de esclarecer alguns fatos que não o prejudicariam no processo criminal em curso. Eu diria que aqui hoje V.Sa. tem uma enorme oportunidade e a está perdendo, está jogando pelo ralo essa oportunidade de esclarecer isso à sua família, porque incluem os seus filhos e a sua nora entre todas as ações colocadas nas delações premiadas. Eles estão incluídos.

Todos os que estão na vida pública fazem de tudo para excluir os seus familiares das consequências negativas em suas vidas, e V.Sa. incluiu os seus familiares. Por qual razão? Por qual motivo? Por qual razão os seus filhos foram conduzidos coercitivamente? Eles podem ser presos. E os seus netos, Sr. Bumlai?

Na vida toda, o senhor haverá de passar por isso. Quando digitarem o seu nome e o de seus familiares no Google, aparecerá lá que o senhor esteve preso, que a sua família esteve presa, e o senhor pode passar dezenas de anos na cadeia por ter cumprido uma missão como a de ter pagado o *Diário do Grande ABC*, conforme mencionado por diversos veículos de comunicação, na operação do Banco Schahin, para não chegar ao ex-Presidente Lula ou a quem quer que seja do PT, na cidade de Santo André, no episódio de Celso Daniel.

Foi mencionado pelo Marcos Valério em sua tentativa de delação, em 2012, e noticiado por veículos de comunicação que V.Sa. estava envolvido nesse episódio. E V.Sa. não precisava tomar esse recurso para poder comprar a fazenda dos Bertin, mas V.Sa. o tomou para poder solucionar um problema que não era seu, que não era aquisição de propriedade, que não era tomada de recurso para resolver um problema pessoal.

Por que o recurso, se o ex-Ministro da Casa Civil José Dirceu ligou para o Schahin para resolver o seu financiamento em 20, 25 ou 30 dias, como está mencionado nas investigações? E o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares esteve presente? O senhor não se lembrou disso, mas tem a oportunidade de dizer se isso é um fato e se foi verdade ou não, tem a oportunidade de poder dar esse esclarecimento à população, à Nação brasileira.

No BNDES, sobre os recursos que foram utilizados pelas empresas de V.Sa., o senhor chegou a enviar uma correspondência, por meio de seus familiares, dizendo que não era sócio. E a São Marcos, pelo que nos consta, é de propriedade de V.Sa., acionista da empresa São Fernando.



Quer dizer, quais dessas informações são verídicas e o quanto elas são verídicas? V.Sa. estaria aqui na semana passada para poder nos informar isso. Por que não pode fazê-lo hoje? Há informações que não prejudicam e jamais prejudicarão o curso desse processo.

V.Sa. tem condições de dar esses esclarecimentos para não ter ainda mais consequências sobre suas costas, para não ser o Marcos Valério e ter o seu nome estampado nos jornais de todo o Brasil como “o mente brilhante” do amigo do Presidente Lula. Pelo que me consta, Sr. Bumlai, o senhor é “o mente brilhante”, porque o senhor resolvia os problemas do Presidente, dos filhos, da nora e também utilizava a amizade com o Fernando Baiano e com todos os outros para resolver problemas grandes, muito grandes, como os problemas de Santo André, do jornal *Diário do Grande ABC* com o empresário Ronan, problemas de recursos de que uns e outros precisavam.

Hoje, eu sei que V.Sa. não precisa ou talvez não precisasse disso, mas pode ser até reconhecido como um laranja e utilizado para poder fazer todas essas operações a fim de saldar problemas desses seus amigos, que agora o abandonarão.

V.Sa. observe o episódio do primeiro Senador na história do nosso País que foi preso no exercício do seu mandato. Sequer foi estendida a mão a ele em um comentário pelo ex-Presidente Lula. V.Sa. acredita que ele estenderá a mão, como já pronunciou, ao dizer que V.Sa. utilizava o Palácio do Planalto em benefício próprio, para se dar bem na vida?

V.Sa., com tantas propriedades, com tantos recursos, com uma vida praticamente toda formada, com seus familiares, vai deixar essa dúvida a toda esta Comissão, Sr. Bumlai?

V.Sa. vai deixar que todos pensem que era o laranja do Presidente Lula ou do Partido dos Trabalhadores ou que era simplesmente aquele que se beneficiava propriamente, individualmente da amizade que rogava ter com o Presidente Lula?

V.Sa. provou isso em eventos como os realizados por um general na Angola. V.Sa. promoveu um encontro do ex-Presidente Lula com esse general e o levou até o quarto do ex-Presidente, Sr. Bumlai. V.Sa. provou essa situação, a pedido do



Fernando Baiano, provou que tem esse poder, que tinha esse poder e tinha essa relação.

Se o Presidente Lula foi ou não à sua fazenda ou quantas vezes fora, isso V.Sa. pode esclarecer. V.Sa. pode dizer o quão era essa amizade, a profundidade e qual benefício pessoal teve e tem com essa amizade com o Presidente Lula. Se não, o senhor ficará reconhecido por todas as próximas gerações da sua família e de todas as nossas como o bandido que se beneficiou propriamente, beneficiou o projeto de poder e ficará abandonado, ficará execrado e jogado em uma prisão comum, porque não quis ser verdadeiro. Ou o senhor negociará uma delação premiada. Mas V.Sa. já se pronunciou, Sr. Bumlai.

Então, o senhor tem aqui hoje a oportunidade de nos dar respostas acerca dessas investigações, acerca de quão era a sua atuação, de por que o BNDES atuou da forma como atuou para poder conceder os empréstimos a sua empresa, das dúvidas que pairam nos veículos de comunicação, de por que foi o BTG o banco operador do seu empréstimo, por que foi o Banco do Brasil o operador de um empréstimo, por que o senhor anunciou que não tomou o empréstimo pelo BVA de 18 milhões, e, sim, de 3,8 milhões, se o senhor pagou esse empréstimo, se o banco foi à liquidação, se o senhor teve informação privilegiada de que esse banco seria liquidado e não deveria pagar.

Por tudo que nos consta, Sr. Bumlai, o tráfico de influência de V.Sa. era muito grande, e V.Exa. foi beneficiado propriamente por tudo isso. Então, V.Sa. pagará por todos esses atos que estão sendo investigados pela Polícia Federal, por esta Comissão e será motivo de denúncias por parte do Ministério Público Federal e provavelmente de decisões do Juiz Sérgio Moro ou de qualquer outra instância que seja. V.Sa. pagará sozinho, abandonado, e será execrado, Sr. Bumlai, mas tem aqui hoje uma oportunidade, que eu julgo ser uma das mais importantes, para esclarecer o que teve, em âmbito de tráfico de influência, de benefício pessoal, ou se utilizou disso tudo para ser uma ferramenta de manutenção de poder. Poderá esclarecer porque utilizava o mesmo escritório dos filhos do ex-Presidente Lula e se utilizava a amizade com Fernando Baiano para resolver problemas desse ou daquele e de empresas como Schahin.



V.Exa. já negou isso, Sr. Bumlai, e tem condições de negar novamente. Eu percebo em sua face o constrangimento, a consternação e a vontade de poder falar conosco, como já disse que queria ter feito na semana passada.

O senhor tem essa vontade de falar. Fale, Sr. Bumlai! Fale! V.Sa. tem essa oportunidade de falar aqui conosco, tem essa chance de dar a esta CPI a função de investigar e de não colocar no relatório que V.Sa. foi traficante de influência, que exerceu essa influência para benefício próprio e para resolver problemas do ex-Presidente Lula, seja do PT, seja do seu próprio projeto de poder, ou V.Sa. será execrado por todos e esquecido, como já comentei ter sido feito com o Sr. Marcos Valério.

Então, Sr. Bumlai, em meu primeiro mandato como Deputado Federal, em minha primeira eleição, participar de uma Comissão como esta é uma oportunidade única para buscar a melhoria de meu País. Esta é a vontade que eu tenho de deixar como legado para os meus filhos, para os meus sucessores. E acredito que V.Sa., que provavelmente não tenha conquistado tudo o que conquistou de maneira fácil, de maneira oportuna ou de qualquer outra forma que seja ilícita ou imoral, tenha também a vontade de deixar o seu nome para os seus sucessores.

V.Sa. tem essa oportunidade, Sr. Bumlai, de provar, de falar que não quer deixar na sua história para a sua família que Bumlai é o nome que vai realmente ser execrado, que é um nome que vai ser realmente lembrado em todas as páginas que constarão do Google como o homem que operou para o Presidente Lula, o homem que operou para beneficiar o PT, seja com Delúbio, seja com Vaccari, seja com Dirceu. Todos eles estão presos, Sr. Bumlai. E o seu futuro provavelmente será o mesmo que o deles.

O senhor precisa disso, Sr. Bumlai? O senhor precisou disso? O senhor quer que a sua família o reconheça dessa forma, que os seus sucessores o reconheçam dessa forma, como o operador do esquema, seja da Lava-Jato, seja do BNDES ou do simples jornal de Santo André? O senhor vai ser o operador do sistema, esse sistema que nós queremos que acabe no Brasil, esse sistema que nós lutamos para que acabe?



Que esta Comissão Parlamentar, muito bem trabalhada e conduzida pelo Presidente Marcos Rotta e pelo Relator José Rocha, apresente um relatório à altura para que possamos acessá-lo!

Que o BNDES, que julga que não há nenhum tipo de ato irregular ou imoral, possa realmente ser transparente!

Que o dinheiro público possa ser respeitado e bem tratado por todos aqueles que estão à frente da sua gestão ou por aqueles que têm a oportunidade de chegar perto dos seus gestores, para que não haja o benefício próprio ou pessoal, seja do gestor, seja do seu amigo!

Então, prove isso, Sr. Bumlai! Prove ao Brasil, para que não fique V.Sa. com a responsabilidade de ser “o mente brilhante” de toda essa operação e principalmente de ser o amigo do Lula que foi “o mente brilhante”, para solucionar esses problemas do PT, de Santo André, de Marcos Valério, do Presidente Lula e de todos que foram criados.

Responda! V.Sa. tem essa vontade! Nós sentimos que V.Sa. quer responder! Há várias perguntas que podem ter respostas que não irão prejudicá-lo, Sr. Bumlai. E será colocado nas páginas jornalísticas aquilo que provavelmente será a sua vontade: a verdade, aquilo que terá como intenção deixar para seus filhos, netos e sucessores para não fazê-los terem vergonha de ver o seu sobrenome estampado em todas as páginas. Daqui a 100 anos, um sucessor da sua família vai digitar o seu nome na Internet e saber quem foi Bumlai, o que ele fez, o mal que foi causado por este Governo ao Brasil.

Só na PETROBRAS houve um prejuízo de bilhões de reais! Quantos brasileiros não passaram fome por isso? Aqui já se comentou: quantos hospitais deixaram de ser construídos? Quantas usinas de etanol faliram devido à falta de política na PETROBRAS, pelo represamento de preços, pela ilusão que se vendeu ao povo brasileiro. V.Sa. concordou e foi anuente em todas as operações ou V.Sa. foi o operador de todas essas operações? Como V.Sa. será reconhecido pelo Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Para finalizar, Deputado Alexandre Baldy, por favor.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - É isso o que nós gostaríamos de saber, Sr. Bumlai. É isso o que eu gostaria de deixar como recado, como membro desta CPI, como Sub-Relator da investigação que trata dos contratos nacionais celebrados entre o BNDES e as empresas, Sr. Bumlai.

O que nós colocaremos em nosso relatório sobre as empresas de V.Sa.? O senhor tem a oportunidade de nos dar essa resposta aqui hoje. Eu lhe peço: não perca esta oportunidade, para não ser reconhecido como bandido, como foi Marcos Valério; para não ser reconhecido por seus familiares, daqui a muitos e muitos anos, como aquela mancha preta que se estabeleceu. E V.Sa. venceu na vida por méritos próprios, como deve ter feito, e depois se sujou numa água suja, corrupta para simplesmente manter um projeto de poder.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Alexandre Baldy.

Indago ao Sr. Bumlai se V.Sa. gostaria de comentar as indagações feitas pelo Sub-Relator.

O SR. JOSÉ CARLOS BUMLAI - Eu agradeço, mas vou permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Sa. tem o direito de permanecer calado. Agradeço.

O próximo orador inscrito é o Ministro Carlos Melles, a quem eu concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Relator José Rocha; Vice-Presidente Miguel Haddad; colegas, Sr. Bumlai, eu tenho a impressão de que não resta nós, pelo silêncio — que é direito, obviamente, direito de V.Sa. —, fazer interpelações, que foram muito bem feitas aqui por todos os Deputados. Reporto-me ao que falou o Deputado Sérgio Vidigal, ao apelo da Deputada Mara Gabrilli e também ao que foi falado agora também pelo jovem Deputado de primeiro mandato, que faz uma estreia brilhante nesta Câmara.

Mas eu diria a V.Sa. que nós devemos ter mais ou menos a mesma idade. Eu estou há seis mandatos nesta Casa. Eu, quando cheguei aqui, estava vacinado e temeroso em razão do que ocorreu na CPI dos Anões do Orçamento. Mas, nestes



anos, nós nunca vivemos um período tão difícil, tão turbulento, de tanta desconfiança, de tanta desesperança como o que estamos vivendo agora.

Eu confesso que não tenho dúvida hoje, no alto dos meus 68 anos, de dizer que o responsável é o Presidente Lula. Ele tem uma capacidade diabólica de convencer as pessoas — infernal! E ele convence quem se aproxima dele. Isso foi assim e tem sido assim. E o pior é que ele arrasta a nós todos, né?

Ele está trazendo desesperança a duas gerações, pelo menos às gerações deste País. Os jovens estão enojados da política. Quem faz populismo na vida pública paga um preço alto. A Argentina está pagando por isso; os países da América Central estão pagando por isso, e o Brasil está pagando muito caro por isso.

O senhor não é réu. Eu acho que o senhor é vítima da proximidade com o poder, ainda mais com um Presidente da República como é o Presidente Lula. E a Presidente Dilma, no meu entendimento, também é vítima, mais vítima do que tudo também.

E, ao longo desse período, não que tenha sido feito... As pessoas acham que, na vida pública, isso é possível, isso é normal, isso é comum. Não, não é comum! Eu tenho ouvido, às vezes, no plenário o PT — no mesmo afã de se defender, como estava aqui dentro — generalizar as coisas e comparar o Presidente Lula com o Presidente Fernando Henrique. Eles são incomparáveis; absolutamente Incomparáveis.

O Presidente Fernando Henrique nasceu correto, viveu correto, viverá correto e morrerá correto, com princípios de fundamentos de ser humano, como sociólogo, com retidão e com preocupação maior do que a de todos, homem exemplarmente condutor, que não deixou dúvida em ninguém.

O Senador Francelino Pereira e ex-Governador de Minas Gerais dizia sempre assim: *“Olha, quando a cabeça não rouba, o corpo obedece”*. E o exemplo da nossa cabeça, ao longo desses anos, foi terrível.

Eu convivi e convivo bem com a maioria dos políticos. Alguns não precisavam estar nessa lista. Talvez até o senhor também não precisasse. Mas repito: o poder é inebriante; ele excita as pessoas e faz isso tudo acontecer.



Eu confesso ao senhor que conheço alguns como o ex-Ministro Pallocci. Gozo da sua intimidade e da sua confiança, e ele da minha. E S.Exa. é bem mais novo do que eu. Ele é vítima do PT desde a Prefeitura de Ribeirão. O Toninho de Campinas, morto, foi vítima do PT; o Celso Daniel, vítima do PT; a igreja foi usada. O Gilberto Carvalho, que é meu amigo, também foi vítima. Há uma sucessão de vítimas nesse processo que eu digo que parece uma coisa meio diabólica.

Eu tenho amigos empresários que ficaram assim absolutamente apaixonados e cegos pelo Presidente Lula. Eu nunca tinha vivido uma situação dessa forma. Eu não vou citar nomes, mas alguns até hoje acham que ele é correto.

Mas eu vou dizer ao senhor o seguinte: quando a gente tem as pistas... A voz do povo é a voz de Deus. Não adianta. Quando se instala uma CPI aqui dentro, na minha experiência, é porque o caso é grave. Hoje nós temos a da Petrobras, nós temos a do BNDES, nós temos a dos Fundos de Pensão e, agora, a de FUNAI. Eu nunca vi uma avalanche dessa forma.

Quem conhece o Senador Delcídio do Amaral sabe que não é prática dele. Quem vive na política sabe que tem os limites e as tolerâncias do uso da coisa pública. Eu espero também que ele, como o senhor, possa chegar ao tumor. Isso tem que chegar. Vai enlamear.

O *Estado de São Paulo* e a *Folha de S. Paulo* publicaram o nome de 32 Deputados do PP. Eu tenho a certeza de que alguns não participaram de nada. Eu nunca vi um negócio tão profundo assim. Um partido inteiro está no Lava-Jato.

Dessa forma, eu repito que o pior cego é aquele que tem visão e não quer enxergar. Não é sandice, mas escuto um monsenhor que brinca muito comigo e de vez em quando diz: *“Melles, o pecado é seu quando ele é só seu; quando você conta, você divide e corresponsabiliza”*.

Eu vou dizer ao senhor: o que estraga não são os bilhões roubados, pois isso a gente recupera; o que mais estraga é a desesperança da juventude, do povo brasileiro.

Hoje um colega meu me disse o seguinte: *“Melles, vou te visitar no Congresso, mas vou deixar minha carteira no guarda-volumes”*. Isso é deprimente! Isso é deprimente! E o Presidente Lula é muito responsável por isso. O José Dirceu é muito responsável, ambos foram colegas nossos. Mas eles não viveram o diálogo



democrático, não quiseram convencer democraticamente seus pares, começaram a comprá-los e muitos foram vítimas.

Aqui a gente é uma vítima relativamente fácil. Quem vive na vida pública, quem é político e quem faz campanha a cada dois anos acaba sendo uma vítima fácil. E, quando se está mais perto do poder, Sr. Bumlai, a vítima é mais usada, como certamente o senhor foi.

Isso é um negócio quase indescritível. E termino dizendo que para mim isso é um pouco diabólico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Ministro Carlos Melles.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Jorge Boeira.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA - O senhor está com sede? (*Pausa.*) O senhor sente sede? (*Pausa.*) O senhor gosta mais da água gelada ou da temperatura ambiente? (*Pausa.*) O senhor pode responder? (*Pausa.*) O senhor gosta de Natal? (*Pausa.*) O senhor gosta de passar o Natal com a família? (*Pausa.*) O senhor acredita em Papai Noel? Não, né? Ninguém acredita.

O que dizer da história que o senhor contou sobre os recursos que o obteve no Banco Schahin — foram 12 ou 21 milhões? — e de que pagou os recursos relativos ao empréstimo em sêmen. Paralelamente, o Banco Schahin conseguiu um empréstimo de 1,6 bilhão para operação com navios na PETROBRAS. E V.Sa. disse que pagou aquele empréstimo — pelo menos é o que a imprensa está dizendo — em sêmen de boi? O que é sêmen de boi? É o óvulo fecundado ou é o espermatozoide?

Fico imaginando o banco recebendo o sêmen — que não sei exatamente o que é, porque não sou da área — como pagamento e depositando-o no cofre. Será um banco de sêmen do Banco Schahin. O Banco Schahin oferece sêmen emprestado para quem quiser. Acho que a única lógica existente é essa — para quem acredita em Papai Noel, evidentemente.

Acho que essas suas declarações são puro cinismo, são um deboche com a população brasileira. A sua participação e a sua postura nesta CPI, o adjetivo que a qualifica é a covardia. V.Sa. não responde, mas não faz isso aos Deputados, pois



V.Sa. não responde à sociedade brasileira, que está cansada de roubo, de falcaturia. E V.Sa. agrava ainda muito mais a crise de governabilidade deste País, que afeta a economia. E é verdade, a economia está em crise por conta de uma crise política e financeira, mas também — e muito mais — por uma crise de ética e moral. Deve-se saber claramente o que é público e o que é privado, o que é seu e o que é da sociedade brasileira, porque aquilo que V.Sa. subtrai do orçamento é do povo, foi o povo quem pagou.

O cidadão que ganha salário mínimo ou cidadão aposentado, quando compram um quilo de café, um quilo de açúcar, um vidro de remédio, paga imposto. E é isso que compõe o orçamento da União. É esse o dinheiro que V.Sa. subtrai.

V.Sa. sabia que para um cidadão comum fazer uma cirurgia ele tem de entrar de entrar numa fila do SUS? E V.Sa. sabia que muitos morrem nessa fila porque falta o dinheiro? Portanto, esse recurso subtraído pode ter matado diversas pessoas. E V.Sa. sabia que não temos escola em tempo integral em diversos Municípios, que a educação é deficiente em diversos Municípios por esse País afora e que os Prefeitos não dão conta de investir e que, mesmo assim, muitas crianças se evadem das escolas, as quais lá na frente podem ser traficantes, prostitutas? E V.Sa. sabia que pode ser o responsável por isso, quando subtrai recursos da União, recursos do Orçamento, que são da sociedade?

Saiba V.Sa. que quando cheguei nesta Casa, em 2003, eu acreditava que a educação fosse a solução para todos os problemas. Isso é meia verdade; ela só não é solução para a corrupção. Para a corrupção não interessa se o cidadão tem curso superior ou não, até porque a grande maioria que está presa na Polícia Federal tem curso superior. Não sei se V.Sa. tem ou não, mas me parece ser bem inteligente e parece ter muito clareza daquilo que estava fazendo quando deu início a todo esse procedimento de ilícitos que conduziu nesses últimos anos. Eu já tinha ouvido falar de V.Sa. muitas vezes, mas não tive oportunidade de conhecê-lo pessoalmente. Eu sabia daquela história de que V.Sa. recebeu um salvo-conduto para entrar no Palácio do Planalto nos anos 2000, antes de 2010, fato que foi objeto de comentário nesta Casa.



Mas é uma pena que a educação não consiga acabar com a corrupção, porque isso é do caráter de cada cidadão. E é necessário ter caráter para não usar aquilo que não é seu, aquilo que é público, aquilo que é da sociedade brasileira.

Paulo Freire dizia que “*dentro de cada oprimido existe um pequeno opressor, o qual, quando libertado, vira um opressor maior ainda*”. Só que Paulo Freire não sabia que dentro de alguns oprimidos, além de um opressor, existe um corrupto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. e passo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Agradeço ao Presidente e ao Relator José Rocha. Cumprimento o Sr. José Carlos Bumlai.

V.Sa. não está respondendo nenhuma pergunta, aqui. O Brasil esperava que hoje nós pudéssemos ter de V.Sa. algumas explicações.

A primeira delas é que, na semana retrasada, quando nós colocamos a convocação de V.Sa. para vir se explicar aqui, muitos membros do Governo esconderam-se atrás da Comissão para não dar quórum, numa tentativa muito forte de não permitir a convocação de V.Exa.

A pergunta que eu lhe faço, mesmo que V.Sa. insista em não responder: por que esses Parlamentares ligados ao Governo saíram inclusive da Comissão para não permitir que V.Sa. fosse convocado? V.Sa. saberia dizer? O que V.Sa. acha disso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Por orientação dos meus advogados, eu vou permanecer em silêncio, senhor.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Quem cala consente. Eu vou falando aqui, se V.Sa. permanecer calado, V.Sa. estará me dando um sinal de que está consentindo.

A SRA. DANIELLA MEGGIOLARO - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. não está sendo inquirida, permita-me. Mas V.Sa. não está sendo inquirida, V.Sa. não tem direito à palavra aqui.



V.Sa. acha que aquela quantidade de Parlamentares que saíram da Comissão para que V.Sa. não fosse convocado estavam fazendo aquilo para defender V.Sa. ou para defender o Presidente Lula?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Eu vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Continue em silêncio, eu vou permanecer perguntando.

A amizade de V.Sa. ao Presidente Lula é de longa data e sua amizade por ele permitiu que, ao longo dessa história, V.Sa. tivesse vários negócios vinculados ao Governo. O senhor enxergou algum Parlamentar do Governo aqui hoje para defender V.Sa.?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. é muito mais que um Deputado do Governo, V.Sa. é melhor do que isso. Eu digo aqueles da linha de frente do Governo, eles vieram aqui para defendê-lo? O que V.Sa. acha que vai acontecer com o senhor quando a posição ficar entre você e o Presidente Lula? Alguém vai vir para salvá-lo de um problema que V.Sa. não fez sozinho? Alguém vai se colocar para salvá-lo de uma negociação que V.Sa. fez em benefício de outras pessoas? V.Sa. se considera injustiçado?

V.Sa. acha que, se eles não o convocaram aqui, fizeram de tudo para não o convocar, e uma semana depois V.Sa. foi preso, V.Sa. entende que a Polícia Federal deu-lhe a oportunidade de se explicar sobre essas acusações? Não seria aqui uma oportunidade de V.Sa. fazer de público uma orientação para sua defesa? V.Sa. não acha que está pagando um boi por ter feito tudo isso para ajudar o Presidente Lula e a família dele? *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou permanecer calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - E eu permanecerei conversando.

V.Sa. conseguiu proezas no BNDES. No meio do seu empréstimo, com uma empresa falindo, V.Sa. conseguiu pegar um empréstimo no BNDES em condições especiais. Podemos dizer que essa situação foi promovida pela mesma pessoa que lhe deu privilégios de entrar no Palácio da Presidência da República como amigo e



braço direito do Presidente Lula? Podemos dizer isso? Podemos dizer que V.Sa. gozou, nos últimos anos, de uma amizade que o ajudou a ter privilégios que lhe concederam algumas vantagens, uma delas é a que foi dita aqui: trocar os seus empréstimos em embriões — seria a palavra — de gado? Essa é uma inovação também que aconteceu.

Como V.Sa. não responde nada, entendo que aquele que é inocente não tem por que permanecer calado; aquele que pode se explicar, aquele que pode se explicar não tem o que esconder. Se V.Sa. permanece em silêncio em perguntas que, se estivesse inocente, poderia estar respondendo, poderia nos ajudar a encontrar os verdadeiros responsáveis pelo preço que V.Sa. está pagando, porque quem está na cadeia hoje é V.Sa.! E V.Sa. podia usar essa oportunidade, para que nós pudéssemos saber, ou pelo menos punir, os responsáveis. Talvez não seja V.Sa. Mas, se permanece calado, o Brasil inteiro entende que V.Sa. está errado e é culpado, porque V.Sa. não fala! E, quando nós perguntamos, V.Sa. poderia responder e nos ajudar a procurar um caminho.

Nas suas entrevistas, V.Sa. falava e explicava com tranquilidade mesmo coisas difíceis de acreditar. Mas, agora, nem isso. E, ao se calar, o que se percebe, a impressão que dá, mesmo que V.Sa. seja inocente, é que V.Sa. está acobertando alguém! Porque, se V.Sa. não fala, está escondendo alguma coisa, porque senão qual era o problema de falar? Essa é a dúvida que V.Sa. coloca ao Brasil quando permanece calado em perguntas razoavelmente simples: V.Sa. é amigo do Presidente Lula? Sim ou não? V.Sa. entrou com privilégio no Palácio da Presidência durante os últimos anos? Sim ou não? V.Sa. foi beneficiado de maneira privilegiada com empréstimos do BNDES? Sim ou não? São perguntas simples! Se V.Sa. permanece calado, V.Sa. mostra ao Brasil que tem culpa ou está acobertando alguém que tem culpa, porque, caso contrário, V.Sa. não precisava permanecer calado. Pelo contrário, era uma oportunidade de mostrar ao Brasil o tanto que V.Sa. está sendo injustiçado, preso por coisas que não cometeu, acobertando pessoas, que já vimos aqui como fazem lavando a mão daqueles que estão indo.

V.Sa. podia nos ajudar a entender se é culpado ou não, se V.Sa. é inocente ou vítima, se V.Sa. coopta ou não. Seria uma boa oportunidade de V.Sa. fazê-lo. Ao silenciar-se, Sr. Carlos Bumlai, ao ver o Governo fazer o que fez aqui, para evitar de



todas as maneiras a sua vinda para cá e, em uma semana depois, V.Sa. ser preso nesses termos que estão aqui e não responder à nenhuma pergunta, V.Sa. me perdoe, mas a oportunidade de se explicar foi dada e, como não o fez, V.Sa. está pagando por aqueles que V.Sa. está omitindo e defendendo e está pagando com o silêncio, que não nos ajuda em nada a esclarecer as dúvidas que o Brasil tem sobre sua conduta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Caio Narcio e concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, primeiro eu queria lamentar a minha ausência durante a reunião, porque eu estou aqui ao lado, no Conselho de Ética, e as discussões só começaram agora e evidentemente não pude acompanhar esta oitiva desde o início.

Eu queria saudar os colegas Deputados e dizer que este é um momento evidentemente importante, porque a Comissão consegue trazer convocada uma figura, representada aqui pelo Sr. Bumlai, que tem uma relação, pelo que fartamente fala-se na imprensa, de extrema ligação com o ex-Presidente da República. E nós, desta CPI, estamos vivendo, ou vivemos, alguns meses em que o Governo praticamente bloqueou tudo. Nenhum tipo de apuração, de investigação, era permitido aqui. O Governo, com sua ampla maioria fazendo entendimentos que têm relação com o que está acontecendo no Conselho de Ética, praticamente bloqueou todas as investigações, os requerimentos, pelo menos os mais importantes que nós achávamos que deveríamos investigar. Não conseguiu. Tentou barrar a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da Pepper e da OPR, mas nós conseguimos, com muito trabalho e esforço, uma articulação nesse sentido, e não conseguiu barrar a convocação de V.Sa. aqui, neste momento.

Já sei, não adianta perguntar, V.Sa. veio aqui com a disposição de nada dizer, mas o seu silêncio diz muita coisa ao povo brasileiro. Eu acho que o que está aqui acontecendo neste instante é mais uma etapa de um processo em que o Brasil assiste ao País sendo passado a limpo. O Brasil não aceita mais esse ambiente de cinismo e de desfaçatez que se estabeleceu aqui em nossa Nação, de empresários que se aproveitam da amizade e da relação política com os poderosos de plantão para terem acesso a benefícios do poder, seja através de bancos oficiais, seja



através de acordos que são construídos ao calar da noite, e neste caso talvez até à luz do dia.

O senhor fez parte de articulações de empréstimos a um banco que garantiu o pagamento de contas do PT, de dívidas do PT. V.Sa. recebeu benefícios, pelo que se apurou até aqui, do BNDES, que foram considerados favorecimentos, pois as empresas de V.Sa. estavam praticamente falidas, mas ainda assim conseguiram receber benefícios do BNDES. E a principal comprovação de que nós estamos no caminho certo — pelo menos de que o País está no caminho certo das apurações — é a ação da Operação Lava-Jato em relação a V.Sa. Prendê-lo e detê-lo para investigações e averiguações, não se faz sem fatos, sem argumentos, faz-se porque está identificada essa relação direta de benefício que V.Sa. conseguiu auferir nessa relação que estabeleceu não só com o PT, mas também, e principalmente, com o ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, relação essa que se mostra perniciosa ao País e que agora, através da Justiça, através do Ministério Público, através da Polícia Federal, nós temos a oportunidade de conhecer.

Eu quero dizer aos colegas, Deputados e Deputadas que estão aqui, ao senhor mesmo, que só veio para ouvir, que essa Operação Lava-Jato está avançando. E eu imagino, e tenho a convicção, que ela vai chegar ao chefe, porque ela já chegou àqueles que estão bem próximos a ele. E certamente esse vai ser um momento histórico para o País, não porque nós queiramos vingança, não porque nós queiramos ver esse momento, mas porque a população brasileira toma para si uma decisão de não mais aceitar, ou suportar, o que se construiu ao longo desses anos.

A corrupção, certamente, não foi inventada pelo PT, e nós não vamos entrar nessa ladainha. Mas o PT, infelizmente, estabeleceu um projeto de poder que institucionalizou a corrupção, que viabilizou, a partir daí, todos os meios necessários com empresários amigos para tentar garantir um projeto de poder que durasse o maior tempo possível. E hoje nós vemos esse projeto desmoronando, não para nossa alegria. Aliás, nós vemos isso com muita tristeza.

Eu lamento que o senhor aqui perca a oportunidade de se pronunciar. Evidentemente é seu direito constitucional, mas é importante dizer que o Brasil o está escutando, por mais que o senhor não fale nada. Está escutando que sua



posição é uma posição de omissão neste instante e que admite, portanto, mesmo sem querer, que é alguém que tem relação estreita com o ex-Presidente da República, logo tem responsabilidade perante a Nação. Portanto, lamento que nós percamos essa oportunidade, mas acho que não foi de todo ruim trazê-lo aqui. Era importante que o povo brasileiro soubesse que o senhor está sendo investigado, que há uma relação estreita com o Partido dos Trabalhadores e que há aqui um Parlamento que está cumprindo com o seu papel: a obrigação de fiscalizar e de acompanhar essas denúncias.

Era isso, Sr. Presidente.

Eu agradeço pela atenção mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Betinho Gomes.

Há sobre a mesa requerimento do Deputado Carlos Sampaio, Líder do PSDB, indicando o Vice-Líder, o Deputado Alexandre Baldy, para que use o tempo de Comunicação de Liderança do PSDB.

Concedo a palavra a V.Exa., pelo tempo de 7 minutos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Bumlai, trago comigo algumas perguntas que o Partido do PSDB nos posiciona, através da Liderança, para que o Brasil e esta Comissão possam entender e encontrar as respostas.

O Sr. Bumlai, que está aqui hoje, o Sr. Maurício de Barros Bumlai e a Sra. Cristiane Doderó Bumlai foram também levados para depor coercitivamente na Polícia Federal. Foram feitas buscas e apreensões nas residências de pessoas ligadas ao Grupo Bertin, que firmou contratos com V.Sa. e que foi fiador dos mesmos. Todos esses mandados tiveram como objeto a coleta de provas relativas à prática de crime de corrupção, de peculato, de lavagem de dinheiro e de falsidade, relacionada também aos contratos do BNDES.

Gostaria de perguntar a V.Sa., que enviou documentos a esta CPI, se houve qualquer tipo de influência de terceiros na contratação dos financiamentos por parte do BNDES entre as suas empresas que possuem esses contratos.

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou permanecer em silêncio, Deputado.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Ainda consta o empréstimo da empresa São Fernando Energia 1 no valor de mais de 101 milhões de reais que V.Sa. acredita que conseguirá pagar?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Qual foi o motivo que levou a sua empresa a pagar ao operador Adir Assad, conforme foi ouvido em delação que é um operador na Operação Lava-Jato, o valor de 2 milhões de reais?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - A sua empresa tinha algum tipo de atividade pela qual haveria necessidade de pagar a esse operador Adir Assad?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Esse operador Adir Assad tem algum tipo de atuação no segmento de energia, etanol ou açúcar?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - V.Sa. recebeu dinheiro do BNDES para pagar propina por meio desses operadores?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Qual a razão que levou V.Sa. a sacar mais de 29 milhões de reais entre fevereiro de 2004 e setembro de 2015, sendo mais de 223 mil reais mensais? E os saques que foram realizados no Município de São Paulo, sendo que V.Sa. afirmou, conforme veiculado na imprensa, que esses recursos eram para comprar gado, porque, nas suas atividades, a operação em dinheiro era mais benéfica. Então, se V.Sa. sacou em São Paulo, como estaria comprando gado em Mato Grosso do Sul?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou permanecer em silêncio, Deputado.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Esses saques seriam para pagar as despesas de algumas pessoas, como familiares do ex-Presidente?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - V.Sa. e seus filhos negociaram esses empréstimos diretamente com a Presidência do Banco, o Presidente Luciano Coutinho?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - V.Sa. esteve em contato direto com o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - V.Sa. nunca esteve em contato com o Presidente do Banco, o Sr. Luciano Coutinho?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - V.Sa., seus filhos ou alguns executivos da sua empresa foram recebidos alguma vez pelo Presidente do Banco, o Sr. Luciano Coutinho?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Quanto tempo decorreu entre a apresentação das cartas-consultas aos bancos ou aos operadores e a aprovação dessas operações?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Dadas as buscas realizadas pela Polícia Federal, é provável que, a exemplo do que aconteceu no empréstimo captado pelo senhor no banco Schahin — são muitas coincidências as delações do Schahin, as delações do Sr. Eduardo e as do Sr. Fernando Soares —, V.Sa. foi captador desses empréstimos para solucionar o problema de Santo André e o



problema do Partido dos Trabalhadores. Solicitaram que V.Sa. captasse também recursos do BNDES ?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Alguma facilidade, em termos da apresentação da (*ininteligível*), foi apresentada por algum desses que exerciam funções públicas?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Onde, efetivamente, os recursos públicos do BNDES obtidos pela empresa de V.Sa. e de seus filhos foram utilizados?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Qual foi a parcela desviada para a finalidade de escusas não previstas nos projetos financiados com os recursos do BNDES, inclusive para transferência para partidos políticos ou para o Partido dos Trabalhadores?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - No caso da operação da São Fernando Energia, a decisão de obter recurso do BNDES via BTG Pactual foi de V.Sa., ou de seus filhos, ou foi orientada por algum membro do Governo?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O senhor tem aqui a oportunidade, Sr. Bumlai, de dar essas explicações, que são explicações extremamente simples, que não irão complicá-lo no curso desse processo criminal, Vou repetir: o senhor tem aqui esta Comissão Parlamentar de Inquérito com as prerrogativas constitucionais de investigar as operações realizadas pelo BNDES, entre os anos de 2003 e 2015, se elas são regulares e se houve supostamente o tráfico de influência para que essas operações fossem realizadas, seja pelo contrato



de financiamento do BNDES, seja pelas compras de participação feitas pelo BNDESPAR. Então, o senhor tem aqui a oportunidade, Sr. Bumlai — eu vou repetir —, de as suas empresas e os seus nomes não serem inclusos no relatório final a ser votado, para que ainda não sofra mais consequências do que já sofre perante a Justiça Comum.

É bom que o senhor e seus advogados compreendam isso, porque os seus advogados até sairão muito felizes, porque o senhor terá ainda mais ações criminais a responder, então precisará ainda mais de melhores advogados para se defender.

Provavelmente, a operação de financiamento com recursos do BNDES, Sr. Bumlai, foi captada junto ao BTG Pactual e foi casada à de compra feita também em 2012 pelo próprio banco ou pelo seu controlador que foi preso na Operação Laja-Jato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Baldy, peço para V.Exa. encerrar, por gentileza.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Esse negócio foi combinado com antecedência, Sr. Bumlai?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Eu agradeço, Sr. Presidente, e realmente lamento aqui por V.Sa. e pelos seus familiares — eu vou repetir — a oportunidade que V.Sa. perde de esclarecer ao Brasil, de esclarecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito — e aqui todos os Deputados são membros. Eu fico até impressionado com o Deputado Andres, pela amizade que possui com o depoente, por estar presente. Digo isso, Deputado Andres, porque o senhor é um...

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Eu, infelizmente ou felizmente, não o conheço, nunca o vi pessoalmente. Só estou com raiva, porque, se é verdade que ele tinha passagem dentro do Palácio, por que eu não tinha? Eu sou mais amigo do Lula do que ele, pô!

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Então, V.Exa. é o único membro da base do Governo e que não é membro desta CPI. Todos os que são membros, todos os que estão aqui defendendo a base do Governo, não estão aqui para defender V.Sa.



Estiveram aqui outros depoentes. Foram feitos embates muito expressivos, muito fortes, quando incomodavam o Governo. Então, espero que o senhor tenha essa percepção de que já não incomoda mais o Governo, que a Presidente da República, Dilma Rousseff, está bem acomodada na sua cadeira de Presidente da República, que o senhor não será defendido por qualquer membro que seja deste ou de qualquer outro Governo, como o Ex-Presidente Lula, ou por quem quer que seja, e que o senhor será deixado e pagará por todos os crimes que cometeu ou que foi levado a cometer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Estamos caminhando para o fim da reunião, e concedo a palavra ao Deputado Bilac Pinto, o último orador inscrito.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta, Deputado Miguel Haddad, nosso Vice-Presidente, Srs. Deputados, ao empresário José Carlos Bumlai eu quero aqui apenas fazer algumas reflexões, e é fundamental que o senhor também medite em relação a isso.

Nós estamos acompanhando as diversas fases da Operação Lava-Jato, desde quando ela teve início até a sua última etapa. E eu peço que o senhor faça aí uma reflexão profunda. Não vou aqui repetir aquilo que os outros Parlamentares já levantaram, e V.Sa., por uma questão de dever de ofício, reserva-se o direito de se manter em silêncio, mas observe bem: todos, todos os que foram presos, em todas as etapas da Operação Lava-Jato, que se mantiveram nas dependências da Polícia Federal, hoje começam já a fazer uma reflexão de que, para evitar consequências menores nas penalidades, é fundamental fazer o acordo de delação premiada. Então, V.Sa. deve fazer uma reflexão muito grande a respeito disso, porque as instituições no Brasil estão funcionando. O Legislativo e o Judiciário são instituições que vêm dando um grande exemplo à sociedade brasileira. E eu acho que o senhor, na condição hoje de investigado, deveria fazer aí uma reflexão muito grande.

Faço essas perguntas por uma questão de dever de ofício meu, como membro desta CPI. E eu tenho certeza absoluta de que, o senhor, que é um homem devoto, que é um homem crédulo, fará também as devidas reflexões a respeito da sua detenção e do que o senhor tem fora, que é a sua família.

No mais, Sr. Presidente, eram essas as minhas considerações.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Bilac Pinto.

Indago ao Sr. Bumlai se gostaria de tecer alguns comentários ao final desta CPI.

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Conforme disse no início e vou repetir agora, na semana passada, na condição de testemunha, eu viria aqui para responder todas essas perguntas, e os senhores ficariam absolutamente satisfeitos com as minhas respostas. Ouvi uma série de incriminações à minha pessoa que os senhores vão ter oportunidade de ver que não são verdades. Eu tenho princípios. Eu tenho normas. Eu jamais me deixei levar pela amizade de A, B ou C. A minha vida foi construída com trabalho. A minha vida foi construída com muito suor, morando em porões, trabalhando e construindo parte deste Brasil que ninguém aqui sabe. Eu construí a primeira linha de metrô de São Paulo completa, do Parque do Jabaquara até Itaquera, toda a via permanente, que é uma cópia do metrô de São Francisco, inteirinha, sem nunca ter andado de metrô. Fui para os Estados Unidos, associei-me a uma empresa americana, a maior de engenharia do mundo, que é a Bechtel. Vim para cá e fiz o trecho 7, o trecho 10 e Itaquera, onde está o nosso Corinthians. Fui eu que fiz. Eu construí a Praça Roosevelt, em São Paulo, que muitos dos senhores que estão aqui não conheceram como ela era. Eu construí 600 quilômetros de via permanente da FERRONORTE, a mais avançada ferrovia deste Brasil, com rampas de importação de 0%, ou seja, no plano, com rampas de exportação de 0,5% e com raio, Deputado, de 600 metros. Dsso, ninguém fala. Disso, ninguém... Hoje, nós somos os maiores exportadores de carne deste País, porque nós temos uma carne rastreada, Deputado. E, para a minha honra, eu tenho o animal número 1 rastreado neste Brasil, em que eu dediquei anos e anos de trabalho, perdi horas de produtividade para mim para trabalhar para este País. Ter o animal número 1 — número 1! — rastreado deste País, que hoje se vangloria de ser o maior exportador de carne do mundo — e o mundo quer saber a origem da carne —, eu me sinto muito feliz. Escutei uma série de coisas. Concordo com algumas, discordo de outras, tá certo? Tenho a minha consciência absolutamente tranquila, e o tempo vai mostrar. Não privilegiei ninguém. Não fiz



isso, não fiz aquilo. Não tenho cor partidária. Não sou filiado a nenhum partido político — a nenhum partido político! Como eu falei no começo, na terça-feira que eu vim para cá — e não fiz nenhum artifício para não vir, o senhor sabe disso — eu vim na condição de testemunha. Eu tinha total liberdade! Hoje eu tenho muitas restrições em função de que o que eu falar aqui passa a ser uma coisa corriqueira, e vão buscar formas de querer destruí-las. Eu tenho as provas. Eu tenho provas. Eu não tenho conversa fiada. Muito bem. Eu vim aqui e quero dizer uma coisa ao senhor. Na terça-feira passada, quando eu aqui estive, eu estava proibido medicamente de vir aqui, tá? Eu lhe contei o motivo, que vou omitir aqui neste momento. Por recomendação médica, eu deveria me internar na sexta-feira. Eu falei: “*Não vou fazer isso*”. Por quê? Porque, se eu fizesse isso, ia parecer que eu o fiz para não ir lá na terça-feira. Este é o homem que V.Exas. estão vendo aqui. Agora, até o meu nome trocaram. O meu nome é José Carlos, não “amigo de Lula”. Esse é o meu nome, certo? Eu quero ter o prazer de, um dia, poder voltar e mostrar o resultado dessas investigações todas, porque muitas coisas foram faladas aqui e não são exatamente a verdade — verdade, não, porque verdade ou mentira é uma coisa muito relativa —, não são realmente os fatos. Os fatos eu vou mostrá-los, eu vou mostrá-los, e quero ter o prazer de voltar e mostrar para os senhores.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mas veja, Sr. Bumlai, que há diversas perguntas que o senhor tem condições de responder. V.Sa. ficou calado aqui o tempo todo, com o brio de haver construído...

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Deputado, uma pergunta puxa outra...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Baldy, nós estamos encerrando a CPI. Peço a V.Exa. que ouçamos o Sr. Bumlai, para que possamos encerrar a CPI. Deputado Baldy...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - O fato de eu me calar...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Se o senhor tem condições de responder, Sr. Bumlai, o senhor responda.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - A palavra está com o Sr. Bumlai, por gentileza.

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - O fato de eu ter me calado não significa consentir. Quem cala consente não é uma verdade.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Eu não comentei isso, Sr. Bumlai.

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Não é uma verdade.

(O microfone é desligado.)

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Baldy, a participação de V.Exa. está encerrada. Peço a gentileza de V.Exa. para darmos a palavra ao Sr. Bumlai, para que ele possa, neste momento, aproveitar esta oportunidade de se manifestar a respeito dos questionamentos, das perguntas e das colocações.

O senhor, pelo desabafo que faz, Sr. Bumlai — não deixa de ser um desabafo —, está se colocando então na posição de um homem perseguido e injustiçado. É esse o sentimento que o senhor acalenta?

O SR. JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI - Eu gostaria de não responder essa pergunta, Sr. Presidente, porque essa é uma pergunta que envolve não uma simples resposta, mas uma consideração ao longo dos fatos, todos os que foram colocados aqui. Isso, eu voltarei a este Congresso, a esta Câmara, para nós analisarmos no tempo oportuno. Isso, eu venho fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Presidente não encerra, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Vou encerrar os trabalhos. V.Exa. e o Deputado Baldy já se pronunciaram. Todos se pronunciaram. Eu concedi a palavra, finalmente, ao Sr. José Carlos Bumlai. E eu queria agradecer aqui e ratificar a ele e à assessoria jurídica que aqui estão que nós aqui haveremos de garantir os direitos legais e constitucionais da presença e da condição dele, que saiu da condição de testemunha para a de investigado. Acho que isso ficou muito claro diante do posicionamento, às vezes duros, Sr. Bumlai, mas, acima de tudo, foram todos respeitosos e de alto nível, como esta CPI tem-se conduzido ao longo dos últimos meses.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu estou com a palavra. É claro que nós não podemos concordar com o posicionamento de V.Sa. Acho que V.Sa. perdeu uma oportunidade ímpar não apenas de colaborar com os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, mas também de prestar esclarecimentos à sociedade brasileira, que neste momento está nos assistindo e ouvindo.

Então, dispenso V.Sa. das obrigações com esta CPI. E, diante da frustração que foi a participação de V.Sa. nos depoimentos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu vou solicitar aos Procuradores da Operação Lava-Jato, a S.Exa. o Juiz Sérgio Moro, o compartilhamento da sua declaração com a Polícia Federal, para que possa também ser analisada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Pela ordem, Sr. Presidente, antes de encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, aqui, como V.Exa. sempre diz, tivemos a nossa participação de maneira correta, sincera, em busca da verdade.

Mas não dá para encerrar uma sessão como esta tomando um sermão do cidadão que vem aqui, fica calado a reunião inteira e depois vem querer dar lição de moral na gente aqui, dizendo que um dia, na história, vai aparecer aqui para falar a verdade. Espera aí! A chance de falar a verdade é agora. Por que não é daqui a pouco? Daqui a três meses, daqui a 1 ano, nós vamos saber a verdade? A chance é agora. Não dá para encerrar uma reunião como esta... Cidadão fica aqui calado a reunião inteira e, no final, vem dar um sermão, pagando de moralista para cima da gente!? Isso não dá para aceitar.

Então, quero mostrar aqui a minha indignação, porque não dá para brincar com a cara do povo brasileiro e, principalmente, com este Parlamento, que está atrás da verdade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. Dispenso o Sr. Bumlai das suas obrigações com relação a esta CPI.



Agradeço a presença das Sras. e dos Srs. Parlamentares e das assessorias aqui presentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando nova reunião para a próxima quinta-feira, dia 3 de dezembro, às 9h30min, em plenário a ser definido, para a oitiva do Sr. Pedro Barusco Filho.

Está encerrada esta audiência.